



SIMÃO ZAU, DIRECTOR DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

“O país passou a contar com as divisas da exploração de madeira, já controlamos mais de 100 milhões USD”

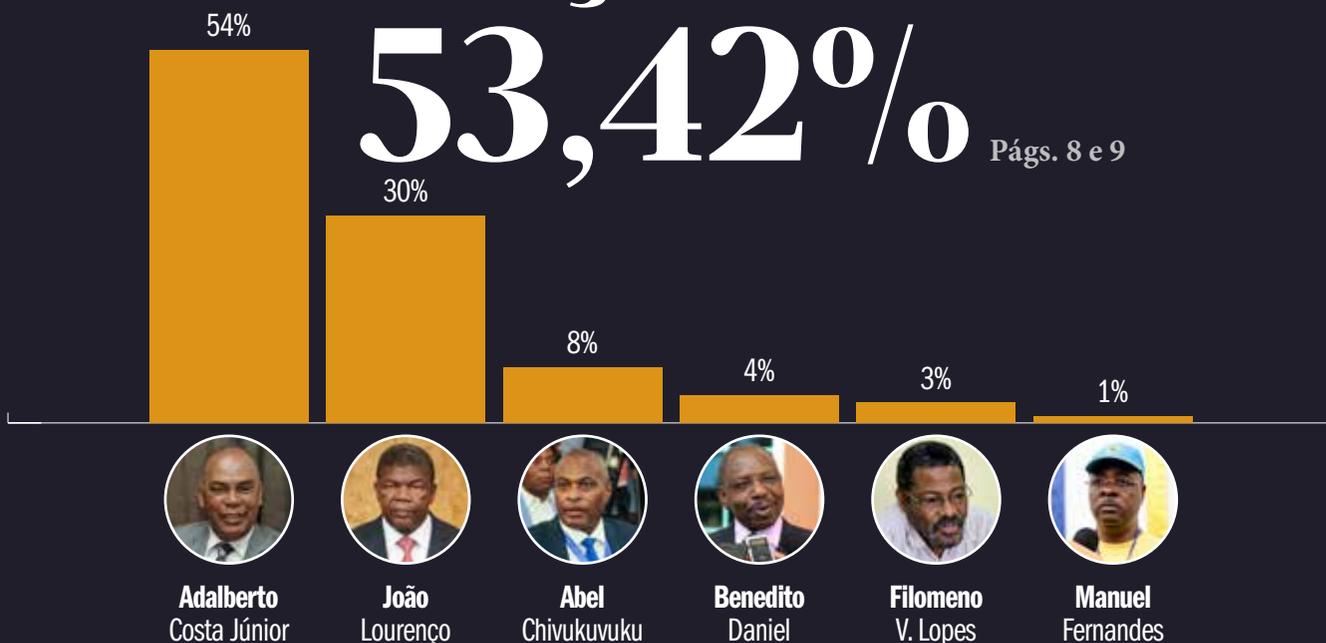
Págs. 4 a 7



INQUÉRITO ANGOBARÓMETRO

ACJ lidera corrida às eleições com 53,42%

Págs. 8 e 9



ALIMENTA ANGOLA

Acusações mantêm-se no concurso de gestão do Kero

Pág. 12



RESTARAM APENAS NOVE EM TRÊS ANOS

Faliram 23 empresas de transporte de combustíveis

CRISE. Das 32 empresas que operavam no transporte de combustíveis pelo país, 23 (mais de 70%) faliram nos últimos três anos. Operadores do ramo garantem que a ‘morte’ das empresas se deveu sobretudo à falta de pagamentos da Sonangol e ao aumento dos custos operacionais. Pág. 10

Editorial

A INSENSIBILIDADE DO PODER E A PAIXÃO DE LULA

Luís Inácio Lula da Silva, o histórico e carismático ex-presidente do Brasil, tem um discurso hostil contra a pobreza extrema que o diferencia largamente do resto das lideranças dos nossos tempos. A partir do seu país ou nos palcos internacionais, não há uma única oportunidade que Lula desperdice. Quando se trata de atacar a insensibilidade generalizada, face aos 750 milhões de humanos que passam fome pelo mundo, Lula vai ao extremo. Protesta invariavelmente com frustração e desespero genuínos, apesar da pessoa optimista que aprendeu a ser ao longo da vida.

Mais do que a preocupação de dar respaldo às suas convicções ideológicas, Lula da Silva atira-se convictamente contra a pobreza porque é um líder raro que compreende, como poucos, o fim último da governação. Mostrou-o, de resto, quando teve a oportunidade de presidir ao seu país, liderando transformações de fundo que tiraram milhões de brasileiros da miséria. Todo o seu fervor contra a fome não poderia ser mais bem ilustrado, aliás, senão pela icónica ideia de que jamais dormiria descansado, enquanto houvesse brasileiros que se levantavam e se deitavam sem uma xícara de café. Hoje, e com a expectativa de regressar ao comando do Brasil, onde 19 milhões de pessoas ainda pas-

sam fome, Lula mantém o combate à pobreza extrema como a sua paixão política e, ao mesmo tempo, como a razão de ser de toda a sua luta.

Com muita pena, entretanto, a paixão e a razão de Lula não têm sido capazes de contagiar a maioria esmagadora dos seus pares pelo mundo em que reina a pobreza extrema. E o caso específico de Angola é dos exemplos terminados de que o que mais abunda são governantes que nunca perceberam verdadeiramente o propósito último dos postos que ocupam. É o mínimo que se pode dizer quando há angolanos literalmente a morrerem de fome, com realce nas terras secas do Sul, e o Governo não implementa um plano continuado de emergência para minimizar o drama. Os gritos diários de socorro que ecoam do Namibe, Cunene, Huíla, dentre outras províncias, não parecem sequer pertencer a cidadãos do mesmo país onde o Presidente

da República aprova centenas de milhões de dólares para a compra de sobrefacturados edifícios ministeriais. A agonia provocada pela fome e que devasta centenas de famílias angolanas não parece perturbar o sono de governantes que atiram 10 milhões de dólares para a construção de um pavilhão numa feira de retornos duvidosos. Estes angolanos que, definhados pela fome, fogem do país em longas caminhadas à procura de salvação são mesmo desta terra em que o Presidente aprova a compra de apartamentos e viaturas milionários para outros cidadãos um pouco mais especiais. Enfim... Na cartilha de governação do Governo que se tem, deixar as pessoas morrerem de fome deverá ser necessariamente um dever patriótico. Só isso para explicar tamanha insensibilidade e desprezo ao martírio da fome por que passam estas famílias que já mereciam, no mínimo, um estado de emergência.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



BRUNO ALBERNAZ,
administrador do grupo Arena

Qual é o balanço da 36.ª edição da Filda?

A julgar pela participação das empresas, quer nacionais, quer estrangeiras, garanto que o balanço é claramente positivo.

O que isso significa em números?

Ainda não acabámos de fazer as contas, mas esta foi a Filda do reencontro das empresas que voltaram com alguma agressividade. Cada uma procurou não só apresentar os produtos, mas, sobretudo, ver o que os concorrentes trouxeram. Participaram 586 empresas 16 das quais portuguesas, portanto, a maior representação estrangeira. E foram criados, temporariamente, 2.280 empregos, sendo que alguns destes podem mesmo ser definitivos.

O que nos reserva a 37.ª edição?

Se esta foi a feira da retoma gradual da economia, a próxima será já para colher os frutos. Aliás, a demonstração de quem participou indica-nos que, no próximo ano, teremos maior exposição de produtos nacionais. De resto, se tivermos a situação da pandemia resolvida, voltaremos à data habitual, ou seja, a realização do evento em Julho.

30

TERÇA - FEIRA

Presidente da República reinaugura Hospital Sanatório de Luanda, baptizado como Complexo Hospitalar de Doenças Cardio-pulmonares Dom Alexandre do Nascimento, com capacidade de internamento de 300 camas e está equipado com diversos equipamentos modernos para tratar de doenças respiratórias.

01

QUARTA - FEIRA

BFA garante ter disponibilizado 169 mil milhões de kwanzas para o agro-negócio em 2021 para financiar 31 projectos, registando crescimento considerável em relação ao ano anterior, onde foram financiados apenas sete.

02

QUINTA - FEIRA

A administradora da fazenda Pérola do Kikuxi, Elisabete Dias dos Santos, revela a intenção de aumentar a produção, em 2022, para 2 milhões de ovos diariamente, até final ao final de 2022.



06

SEGUNDA-FEIRA

O A SOLENOVA, joint venture entre a Eni e a Sonangol, anuncia a Decisão Final de Investimento (FID) e a assinatura de contrato de Engenharia, Aprovisionamento e Construção (EPC), a partir do quarto trimestre de 2022, da primeira fase do projecto fotovoltaico de Caraculo, Namibe.

03

SEXTA - FEIRA

O Ministério dos Transportes anuncia que o prazo para a apresentação de proposta ao Concurso Público para a Concessão de Serviços Ferroviários e de Logística de Suporte do Corredor do Lobito foi prorrogado por mais 45 dias, dada a complexidade do assunto.



04

SÁBADO

Encerra a 36.ª Feira Internacional de Luanda (Filda) com o lançamento de uma campanha de auscultação para a retoma do programa da marca 'Feito em Luanda'. A feira recebeu 21.532 visitantes e contou com 558 expositores.



05

DOMINGO

Carolina Cerqueira apela, em Lisboa, para a maior circulação entre os países da CPLP no sentido de ajudar na partilha de conhecimentos, entrosamento de culturas e a promoção do entendimento no seio da comunidade.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE NO VERDE...

O petróleo começou a terça-feira no verde, seguindo a tendência da sessão anterior. A referência às exportações angolanas, o Brent, abriu nos 73,61 dólares, a subir 3%, ao fim da tarde. Já o WTI abriu nos 69,68 dólares, com forte tendência de fechar com ganhos de 4%.



TECNOLÓGICAS RECUPERAM NOS EUA...

Os índices em Wall Street abriram hoje em alta, com as tecnológicas em recuperação, fruto da redução das preocupações, face à nova variante da covid-19. No fim da tarde, o Dow Jones Industrial Average ganhou 1,43%, para 35.728,56 pontos; o S&P 500 avançou 2,11% para 4.688,05 pontos, e o Nasdaq subiu 3,12% para 15.699,1 pontos.

Entrevista

SIMÃO ZAU, DIRECTOR DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IDF)

“O IDF tem um problema muito sério de força de trabalho”

Optimista com as mudanças na lei e em regulamentos do sector, o director do IDF lamenta a falta de fiscais e as condições de trabalho dos que existem. Mas não só. Contesta também as críticas dos ambientalistas e garante que hoje já não há exploração desenfreada de madeira, porque, entre outras mudanças, houve um ‘travão’ nos chineses.



As empresas que participaram queriam exportar?

Sim. Porque também aquela madeira, a mussivi, não se consome muito aqui. E era tudo mussivi. A ideia, quando foi apreendida a madeira, era tirá-la para a produção de carteiras. Mas chegou-se à conclusão que produzir carteira com esta madeira seria desperdiçar madeira. A carteira iria custar muito, o triplo. Esta madeira é normalmente usada para mobiliário e pisos. Nem para portas serve.

Porque é que decidiram colocar estas restrições?

Em princípio, não temos de restringir o que o comprador vai fazer com aquela madeira. E quem acabou por ficar com a madeira acabou mesmo por exportar. Neste leilão, vai haver também mussivi. Alguém pode dizer que está proibido o corte e ela foi cortada ilegalmente. Contudo, quem comprar pode fazer com a madeira o que bem entender. O país também precisa de divisas.

Qual foi o valor arrecadado?

O que é arrecadado vai para Conta Única do Tesouro e nós depois ficamos com 40%. No leilão passado, foram vendidos 5.782 metros cúbicos. Maioritariamente, mussivi. Oito empresas arremataram. Tivemos uma verba de 499,4 milhões de kwanzas. Prevemos arrecadar mais do que o anterior.

Já que o IDF é responsável por realizar este leilão e com as dificuldades que o instituto enfrenta, não seria viável que o valor todo ficasse com a instituição?

O dinheiro é do Estado. Pode-se pedir, mas nunca darão. O que estamos a tentar mudar é o decreto que determina que o Estado tenha 60% e os outros 40% sejam para o IDF. O que queremos é que 40% seja para o Estado e 60% para o IDF. O instituto é do Estado e as receitas são para o Estado. Com as receitas do último leilão, comprámos alguns meios. Mas não chega. Temos muitos problemas para resolver, como algumas infra-estruturas altamente degradadas nas províncias onde funcionam os nossos departamentos. Temos de arranjar condições para alguns postos de fiscalização. Há fiscais que ficam ao relento. A única solução foi comprar contentores, mas, mesmo assim, não chega. Antigamente, havia infra-estruturas e casas para estes fiscais. Mas o

Por Isabel Dinis

Normalmente, o leilão é aberto a determinado tipo de empresas.

Quais são os requisitos?

São empresas que trabalham com madeira. Seja na exploração florestal, na compra e venda, seja na indústria. Não vamos vender a qualquer um. A sua actividade tem de estar relacionada com o sector. É necessário que quem participar não tenha sido multado nos últimos dois anos e não esteja envolvido nas transgressões que resultaram nestas apreensões.

Onde se vai realizar o leilão?

O último leilão foi realizado no Ministério. Mas os governadores

reclamaram. Mudámos. O leilão vai ser agora realizado nas províncias onde a madeira é apreendida. Há uma comissão constituída por despacho do senhor ministro. Temos um coordenador que é da direcção-geral e membros das províncias. Está também a AGT e um elemento indicado pelo governo provincial. Também temos convidados como, por exemplo, o Serviço de Investigação Criminal (SIC).

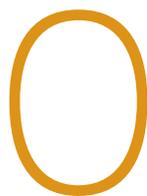
No último leilão, conseguiram alcançar os objectivos traçados?

Conseguimos. Cada ano que passa, vamos aprendendo e acumulando mais experiência. Da última vez, fez-se o leilão e as empresas que

arremataram, chegou um tempo, não cumpriram os prazos de pagamento. Tentámos dar mais tempo e não pagaram. Não se podia fazer outro leilão. Em princípio, tinha de se chamar aqueles que participaram. Tentámos chamar mais alguns, não estavam interessados. Os interessados escreveram para o senhor ministro e ele autorizou. E vendemos. Mas só foi um caso.

Quantos participaram?

Muitos. Tinham sido inscritas mais de 25 empresas e participaram 16. Outras desistiram. Havia a condição de que a madeira não podia ser exportada naquela altura e desistiram.



Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) prepara a realização de um terceiro leilão para a venda

de madeira. Quem adquirir o caderno de encargos fica habilitado a visitar a madeira que vai estar disponível no leilão?

Sim. Ninguém vai candidatar-se a uma coisa que não conhece.

Há um número de empresas que o IDF pretende atingir?

“ Há alguns anos, a madeira foi eleita como uma das ‘commodities’ para se ajudar o país a gerar receitas cambiais, para contribuir na diversificação da economia. ”

Ministério da Agricultura foi perdendo estas casas para os governos provinciais e para os ministérios da Defesa e do Interior.

Mas porquê?

Havia outras prioridades para o país e não eram os recursos florestais.

Mas eram os meios do instituto...

Meios herdados do período colonial. No tempo de guerra, o Ministério da Defesa ocupou algumas.

Querem recuperar estas infra-estruturas ou erguer outras de raiz?

Já perdemos estas infra-estruturas. Já nem está na alçada do IDF. Vi um caso no Buco Zau, em Cabinda, em que a infra-estrutura do IDF foi transformada em casa de passagem do Governo provincial. Há que fazer novas.

Já há projectos para isso?

Já fizemos algumas sedes. No Huambo, por exemplo. Mas é uma gota no oceano. São poucas. Precisamos de mais. Cada município devia ter uma estrutura de apoio à fiscalização.

Esta falta de infra-estrutura não condiciona o trabalho?

Bastante. Independente do dever de colaboração por parte das outras instituições para com a actividade florestal que vem na lei, temos solicitado além deste dever. Não temos meios. Às vezes, temos de solicitar meios da Polícia. Eles ajudam. A Polícia só aparece com a solicitação do IDF, mas há locais em que não estamos e a Polícia é que tem de assumir.

Nestes locais, não há como detectar transgressões?

Sim. Não estamos lá. Parece mentira, mas a situação melhorou muito se recuarmos aos últimos anos quatro anos em relação ao garimpo.

Faz um balanço positivo dos últimos anos?

Melhorou bastante. Muita madeira apreendida já é antiga, que foi cortada há muito tempo, mas estava guardada num estaleiro.

E as condições de trabalho também melhoraram?

Comprámos algumas viaturas, mas não muito. No Cuando-Cubango, demos um carro, mas não resolve. Temos um país imenso com muitas comunas. Há comunas tão grandes que precisamos de meios para pre-

venir. Como o que acontece com a polícia de proximidade. O facto de se saber que há polícia, muitas vezes, evita a transgressão. Nem tudo é uma questão de multas. Não é interesse do Estado estar a multar. O maior interesse do Estado é mesmo o respeito pela lei e ter uma actividade florestal saudável.

Quantos fiscais têm e quantos precisam?

Temos 216 fiscais. Muitos já estão velhos e na idade da reforma. E, mesmo assim, estão a trabalhar e daqui a pouco vamos ficar sem eles. O IDF tem um problema muito sério de força de trabalho. Quando havia concurso público, não havia engenheiros florestais. Angola tinha engenheiros florestais por causa daqueles que iam estudar fora, como foi o meu caso. Quase todos da minha geração. Há alguns, o Huambo começou a formar. Cabinda recentemente também formou. Estão aí no mercado. Na função pública, houve medidas de austeridade, a crise veio e o Estado está a enxugar o pessoal e ficámos afectados. Não há concursos públicos, não podemos admitir. Um país deste tamanho deve ter engenheiros florestais. Hoje, no IDF, não sei se temos mais de 11 engenheiros florestais. Os que temos já estão na sede, há três contratados. Já estamos a violar a lei, porque estão aqui há três anos. A lei diz que não se deve contratar a mesma pessoa por mais de um ano.

A legislação não se adequa à realidade?

Exacto. Iríamos por aí. Ou abram um concurso excepcional para o IDF.

E de quantos fiscais é que precisaria?

Seis mil fiscais. Este dado foi adiantado em estudos. Se formos buscar formados, este número reduziria.

Há quanto tempo não é feito um concurso para admissão de fiscais?

Nunca houve.

E como é que os fiscais foram admitidos?

Nos anos do partido único, houve algumas formações. Em 2016, foi feita uma proposta que chegou até ao Conselho de Ministros, da criação da carreira da fiscalização florestal e respectivo estatuto remuneratório. Esta proposta foi apreciada positivamente. Mas o

Perfil

Mais de quatro décadas de floresta

Engenheiro florestal há mais de 40 anos, Simão Zau é director do Instituto de Desenvolvimento Florestal há cerca de 3 anos. Antes foi o responsável regional do Instituto de Desenvolvimento Florestal, em Cabinda.

país diz-se com falta de recursos para a suportar. A menos que o sector com as suas receitas fosse capaz. Não temos como. Mesmo para mil não somos capazes. Com a falta de pessoal, estamos a contratar fiscais mesmo sem formação. Na altura da reconversão, foram enquadrados como auxiliares administrativos. O trabalho que fazem é ilegal no sentido de quem deve fazer não são eles, mas o fiscal. A lei não diz que quem faz a fiscalização é o auxiliar administrativo, mas sim o guarda-florestal. Mas somos obrigados a tapar buracos. Estamos a lutar para abrir um concurso público.

Quando?

Não sei. Não depende de mim. O trabalho que estamos a fazer também não vai ajudar muito.

Que trabalho é este?

Ver todos os que já foram para a reforma. Para ver se o fundo de salário pode cobrir. Nem que for para uns 20. Mas isso não vai resolver o problema.

Se a arrecadação que é feita com as multas e leilões fosse canalizada toda para o IDF não serviria para pagar salários?

Não. É muito pouco. Não podemos confiar no leilão da madeira. O leilão pode acontecer ou não. Não conseguimos ultrapassar os 300 milhões com multas. Temos outras despesas. O salário o OGE paga e mais umas coisas. Despesas das infra-estruturas e meios, por exemplo. Estou aqui há três anos e nunca recebemos carros.

E se aumentassem as receitas...

Estamos a trabalhar nisso. Temos

uma proposta para aumentar a taxas. Mas não podemos só aumentar, só porque queremos satisfazer as nossas necessidades. Temos uma proposta que já foi às Finanças. Mandaram voltar e temos de fazer o projecto do decreto.

Quanto em relação às taxas actuais?

A lei diz que a taxa de exploração florestal, por exemplo, na madeira equivale a 10% do valor de venda do produtor. Mesmo que a madeira custe 200 mil ou 300 mil, não podemos cobrar a partir daí, mas do produtor. De quem produz e não quem transforma. Se for 60 mil kwanzas, temos de transformar em UCF. Como as empresas não plantam, cobramos uma sobretaxa de fomento florestal. As empresas, hoje em dia, não plantam. Mas estamos a mudar. Este ano, estamos a preparar as primeiras concessões de exploração florestal. Aí eles vão plantar. Aí teremos de retirar esta taxa ou baixar. O Estado tem de assumir a protecção dos recursos florestais. Quem paga a fiscalização da administração municipal e da inspecção? O Estado. E porque é que a fiscalização tem de ser paga com as receitas do IDF?

Não se dá a importância necessária à fiscalização dos recursos florestais?

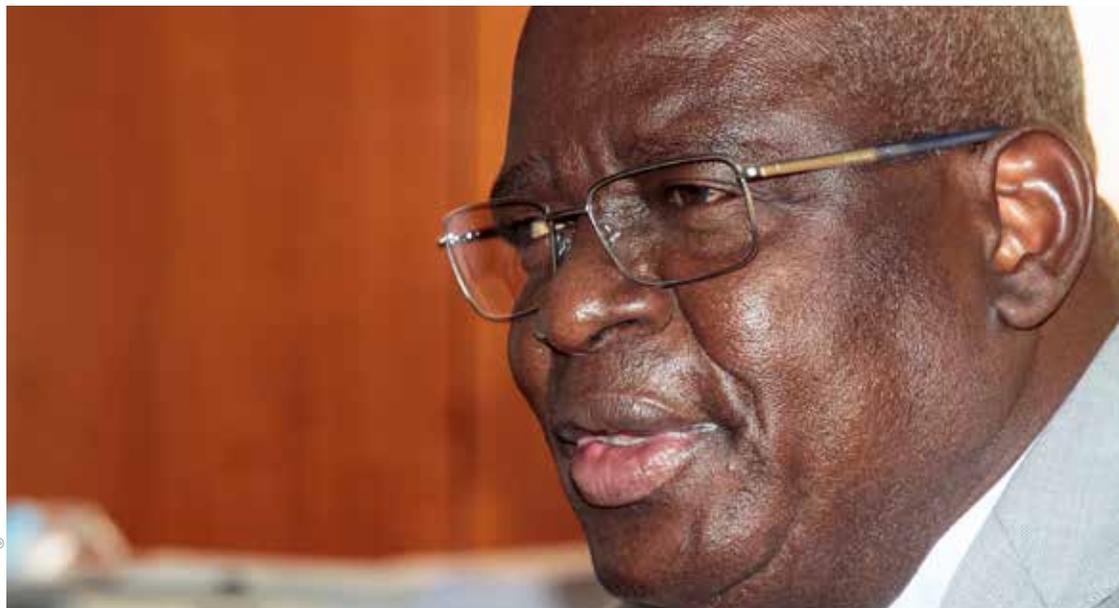
Não sei.

Pelo que está a dizer, fica subentendido...

Há alguns anos, a madeira foi eleita como uma das ‘commodities’ para se ajudar o país a gerar receitas cambiais, para contribuir na diversificação da economia. Pelo menos, este reconhecimento foi feito. Mas tem de haver mais investimentos. Tem de se investir no homem, no técnico, para que estejam em condições de cuidar e ter condições de trabalhar. Algumas pessoas podem dizer que prendemos para multar. Não é isso. Prender por prender não é o nosso objectivo. Mesmo com a pressão. O objectivo é manter o equilíbrio dos recursos.

E têm conseguido manter este equilíbrio? Temos ouvido, muitas vezes, ambientalistas a dizerem que há exploração desordenada...

Discordo. Estes ambientalistas só falam. Se eu for a casa deles, terão uma mesa e uma cama de madeira.



Entrevista

Continuação da página 5

Não tem havido exploração desordenada então?

Não pode. A floresta é uma entidade biológica. É constituída por indivíduos de várias idades. Como as populações humanas. Se a covid-19 levasse todos os homens de 70 ou 60 anos a população acabaria? Levaria uns e no dia seguinte nasceriam outros.

Mas a questão destes ambientalistas é que esta exploração, muitas vezes, leva até as árvores que ainda estão a nascer...

Não. Eu só levo uma árvore que está em condições de vender. Cada espécie tem um diâmetro mínimo. O madeireiro, quando vai cortar, sabe que esta espécie não pode cortar abaixo deste diâmetro. É aquele que é medido a altura do peito de um homem normal. Isso equivale a 1.30m.

É o que tem acontecido?

Claro. O corte é selectivo. Ou é preguiça ou desconhecimento dos ambientalistas. Se for apontar uma actividade que tem um peso na destruição de florestas, não é a exploração florestal. É a agrícola. Estudos da FAO colocam a agricultura em primeiro lugar com 64%. A exploração florestal é 6% devido a algumas actividades ilegais e outros factores como assentamentos urbanos.

Discorda mesmo destas afirmações de alguns especialistas?

Completamente. O país já aprovou uma política florestal para gerir melhor estes 6%. O país já tem uma lei e regulamento florestal. Já vamos aprovar regulamentos de fiscalização e caça e de apicultura.

Está-se a apontar as baterias para um problema errado?

Sim. Indeferi um documento para derrubar três mil hectares de florestas para pôr arroz. Tenho outro processo para 3.700 hectares. Até podemos dar. Mas não vamos ver nenhum ambientalista a falar sobre isso. Muitos já fazem sem autorização. Um até disse que estava a proibir, mas muitos estão a fazer sem pedir autorização. Pedi que mostrasse e não mostrou quem são os que fazem sem autorização do IDF. Quando trabalhava em Cabinda, com as Forças Armadas, sobrevoava de helicóptero a



floresta e via áreas onde se explora madeira todas fechadinhas. Até uma picada onde passou o camião não se consegue ver. Mas há clareiras de agricultura onde estão a plantar mandioca. Eles têm de cortar tudo. Antigamente, as árvores grandes ficavam lá. Hoje não. O paradigma mudou. Hoje, as árvores são a primeira receita que eles estão a contar. Antigamente, limpava, plantava e, depois de colheita, tirava a receita. Hoje, aquelas árvoresdo local junta para fazer carvão e vender. Aquela que dá para fazer madeira dá artesanalmente. Esquiva a fiscalização já que não temos muitos fiscais. Coloca no mercado e vende.

Os ambientalistas não olham para este foco?

Não sei se fazem de propósito porque sabem que estão a produzir comida. Mas há outras formas de produzir comida.

Que formas?

Esta é uma discussão que tem de ser ganha. Temos de mudar o nosso paradigma de fazer alguma agricultura. Dizem que tradicionalmente já se faz assim. Como queimar. Toda a gente queima. Hoje é o carvão. Todos fazem carvão que é outro problema. Com a madeira, sabemos o número de empresas e onde estão. O carvão, não sabemos.

Quem devia controlar?

Devíamos controlar. Produção, através de licenças. Mas nunca mais emitimos licenças. Temos

de enfrentar estes problemas.

Mas não pedem e produzem?

Alguns pediam. Nunca foram muitos.

Constantemente, vemos carvão em abundância nos mercados e outros locais.

Hoje, o carvão é um grande problema na segurança alimentar. Não se consegue proibir.

Mas por causa da falta de meios?

Também por causa dos meios para fiscalizar e multar. Já recebi um senhor com óbito porque lhe prenderam 40 sacos de carvão. É complicado. É só aquilo mesmo que tem para comer. O problema do carvão é pensarmos que vamos resolver localmente.

De que forma?

Como ainda não há autarquias, vamos deixar na administração local. A transferência de competências não é transferir problemas. Vamos continuar para a fiscalidade. Mas quem vai passar a licença são as administrações para potenciar receitas. Estas serão partilhadas com o IDF. A partir de agora quem quiser produzir carvão tem de estar inserido numa cooperativa. Aí o IDF já pode dar uma quota.

As autarquias vão melhorar o funcionamento e o controlo de quem produz carvão. Estão ansiosos por este processo?

Quando os fiscais do IDF forem fazer fiscalização, os fiscais da autarquia também vão. Não é proibido produzir carvão. Muitas vezes, quando não conseguimos controlar, proibimos. É a forma mais rápida e preguiçosa de resolver. Depois não vai conseguir controlar. Numa fase mais adiantada, temos de dizer que grelhar com carvão não é bom para saúde. Mas temos de fazer um trabalho com o Ministério da Saúde. O carvão tem muitos produtos cancerígenos. A melhor forma de grelhar é com chapa e não com a grelha. E todos comemos grelhados.

Volta e meia, temos denúncias de exploração clandestina feitas por cidadãos chineses e vietnamitas. Isso não o preocupa?

Antigamente, preocupava. 70% dos chineses e vietnamitas que andavam por aí já foram embora quando proibimos a mussivi. Ficaram uns poucos teimosos.

Então o foco era explorar madeira por causa da espécie mussivi?

Sim. Pusemos outras empresas. Até o número de empresas caiu. Estão a licenciar um terço das empresas que licenciávamos antes.

Isso não é mau? Menos empresas...

Não. Temos menos empresas a explorar, mas estão a entrar outras. As ilegais desapareceram. Apertámos o cerco. Hoje, por qualquer coisinha, há um alerta e até da associação de madeiras que é nossa colaboradora. Hoje ninguém corta madeira sem saber.

O que é aconteceu àquela corrida às madeiras que vimos há alguns anos?

“Antigamente cortavam árvores pequenas. Mas agora, como sabem que vão passar no entreposto, não o fazem. A própria fiscalização melhorou.”

As empresas chinesas vieram para Angola no auge da construção civil. O antigo Presidente disse que transformaria Angola num canteiro de obras. Os chineses vieram por causa disso e trouxeram máquinas. As máquinas usadas na construção são as mesmas. Apenas se fazem pequenas adaptações. Quando vem a crise de 2014, a construção abrandou. Eles tinham as máquinas e ouviram falar da mussivi. Uns foram arranjando casamentos com angolanos. Alguns angolanos só recebiam salários e muito mal pagos. A licença era do angolano, que ficava na cidade e o chinês na mata. Também mudamos a lei. Os chineses já não entram na mata. Se fizer parceria com um angolano, fica na administração, logística, nas máquinas e oficinas. Não pode ir à mata. Algumas províncias têm cumprido.

Quando foi feita esta lei?

Em 2018. Muitos chineses foram embora. Hoje os que querem trabalhar querem concessões. Nem tudo é negativo. Hoje quem compra a madeira mussivi é o chinês. Há mesmo chineses interessados em investir. Uns fizeram investimentos grandes. Havia uma indústria no Moxico que empregava mais de 200 pessoas. Fazia peças, recebia encomenda e exportava. Houve ganhos na indústria de serragem, criaram-se empregos. Proibimos a exportação de madeira. Todos os anos, avaliamos as empresas que vão explorar com visitas.

Mas a lei de investimento foi mudada. Agora os estrangeiros não precisam de parcerias com angolanos.

Sim. Agora já não precisam. Só temos um caso na Lunda-Norte. Os estrangeiros criaram uma empresa de direito angolano. A maioria dos chineses criou empresas. Quando é empresa de direito angolano não se faz muita coisa, apenas dizemos que não podem entrar na mata. Dá empregos aos angolanos. Muitos chineses, nestas parcerias, também perderam. Os angolanos foram passando a perna aos chineses. Há casos de chineses que foram roubados. O angolano pediu adiantamento. Uns pediram empréstimos na China e perderam tudo. Não podem mais voltar para a China. De uma forma global, melhorou.

Temos menos empresas a explorar, mas estão a entrar outras. As ilegais desapareceram. Apertámos o cerco. Hoje, por qualquer coisinha, há um alerta e até da associação de madeiras que é nossa colaboradora.

Não é proibido produzir carvão. Muitas vezes, quando não conseguimos controlar, proibimos. É a forma mais rápida e preguiçosa de resolver.

Está mais tranquilo?

Sim. Naquele tempo, nem fazia outro trabalho. O trabalho era ir para as províncias. Hoje o nosso foco são as concessões.

Como vão fazer com o déficit de fiscais?

Há uma parte que fala dos fiscais. Mas é essencialmente como fazer fiscalização.

Mas vão precisar de fiscais?

Por isso, está lá no regulamento. Estão a colocar o que é necessário. Estão lá as classes e funções. Vamos fazer os regulamentos e continuar a luta para haver mais fiscais, que vão entrar, além do regulamento do funcionamento público, vão seguir também o regulamento fiscal.

ENTREPOSTOS ADUANEIROS

Como está o projecto dos entrepostos?

Tivemos alguns problemas. O Estado não tinha dinheiro na altura para construirmos. Foi no auge da crise, em 2018. Convidámos algumas empresas para construir com os seus recursos. Estas empresas depois iam gerir e na gestão recuperariam o dinheiro. Apareceram chineses e angolanos. Os angolanos estavam a cobrar seis meses mais que os chineses. Decidiu-se pelos chineses. O início da gestão foi desastroso. Descontentou os empresários nacionais todos.

Foi desastroso em que sentido?

Os chineses atendiam primeiro os chineses e só depois os angolanos. Os angolanos ficavam lá três dias. Os chineses chegavam e descarregavam. A associação dos madeireiros (Anima) protestou. E isso mudou-se. A gestão actual é do IDF. Os chineses podiam prestar serviços, não teriam preferências. Depois de concluir, o Estado pagaria os entrepostos e faríamos um concurso para a atribuição de prestadores de serviços. Mas, nestes três entrepostos, tivemos dificuldades de pagar. O Estado ainda está a pagar. Estavam a fazer chantagens e pedimos para retomarem depois de o Estado pagar. Com os outros três, o Governo diz que vai arranjar dinheiro. Vamos fazer um concurso público para Cabinda, Moxico e Benguela.

Serão seis? Onde estão localizados o que já estão feitos?

Quando-Cubango, Bengo e o da Maria Teresa.

Estes entrepostos estão a melhorar o transporte e a venda?

Muita coisa melhorou. Precisa de melhorar mais. O país passou a contar com as divisas da exploração de madeira. Antigamente, a maioria não vinha. A divisa está a vir e isso contenta-me. Já controlamos mais de 100 milhões de dólares. Antigamente cortavam árvores pequenas. Mas agora, como sabem que vão passar no entreposto, não o fazem. A própria fiscalização melhorou.

Há previsões para a construção dos três que faltam?

Estamos a preparar o concurso, que pode arrancar em Dezembro. É um projecto único. Vão arrancar os três.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política



Mário Mujetes © VE

INQUÉRITO ANGOBARÓMETRO

ACJ lidera intenções de voto com 53,42%

SONDAGEM. Com a colocação dos outros dois rostos da Frente Patriótica Unida, líder da oposição agrega aritmeticamente mais de 64% das escolhas dos eleitores. João Lourenço é penalizado pela “percepção” de incumprimentos das promessas eleitorais.

Por Redação

Adalberto Costa Júnior, o recém-eleito presidente da Unita, lidera a preferência dos eleitores para a disputa de 2022, com 53,42% de votos expressos, superando em mais

de 23 pontos percentuais o candidato do MPLA, João Manuel Gonçalves Lourenço, que se segue com 30,14%.

Os dados constam da mais recente sondagem da AngoBarómetro e revelam-se muito próximos dos resultados difundidos em Agosto último, quanto à preferência dos eleitores pelos partidos políticos. No inquérito passado, divulgado há pouco mais de três meses, o maior partido na oposi-

ção liderava as escolhas dos angolanos com 58,17%, face aos 35,17% do partido no poder.

Na nova sondagem, realizada entre 23 e 30 de Novembro e que se concentra, entre outros, nas lideranças políticas, Adalberto Costa Júnior e João Lourenço são seguidos de Abel Epalanga Chivukuvuku, coordenador do projecto PRA-JA, com 8,22%, ao passo que Benedito Daniel, presidente do PRS,

reclama a quarta posição com 4,11%. Filomeno Vieira Lopes, que, em Julho, rendeu Justino Pinto de Andrade na liderança do Bloco Democrático, é o quinto colocado com 2,74%, o dobro dos 1,37% do último nas preferências, o presidente da CASA-CE, Manuel Fernandes.

Somados os votos do conjunto das lideranças da Frente Patriótica Unida (FPU), os analistas concluem que Adalberto

Costa Júnior congrega, aritmeticamente, mais de 64% das preferências, sendo também apontado como o principal beneficiário da queda de popularidade de Abel Chivukuvuku.

“Relativamente à Frente Patriótica Unida, cujos meandros ainda estão por decifrar, 53,42% dos inqueridos estão favoráveis à permanência da UNITA nela para aumentar as probabilidades da alternância política em

O SECRETÁRIO DE ESTADO do Petróleo e Gás, José Barroso, afirmou que Angola participa na 23.ª edição do Congresso Mundial de Petróleos, que decorre nos EUA, para mostrar a sua “pujança da indústria petrolífera”.



Luanda sempre à frente

Com uma participação de 53,42%, a região de Luanda e periferia colocou-se mais uma vez à frente na pesquisa, situação que os analistas, liderados por Lukonde Luansi e Orlando Ferraz, atribuem ao facto de a capital congregar cerca de um terço da população total, além de ser o centro político e, nessa condição, maior beneficiário de infra-estruturas e de redes de comunicação. A região sul posicionou-se de seguida

com 12,33%, pouco acima dos 10,96% do norte e do centro. O Leste ficou-se pelos 6,84%, ao passo que a diáspora respondeu por 5,48% dos votos.

A sondagem destaca também o aumento da participação feminina que, desta vez, atingiu os 26%, depois de se ter ficado apenas pelos 15% em Fevereiro deste ano. Os funcionários públicos, por sua vez, dominaram largamente com 41,10% das res-

postas, seguidos da categoria ‘outros’, com 23,28%. Com 20,55% ficaram os estudantes; 12,33%, o sector privado e informal e 2,74% os desempregados. Assumindo uma margem de erro de 2%, “calculada com base numa amostra de 12 milhões de eleitores (meta do registo oficial), seguindo os padrões aritméticos recomendados para o efeito”, o estudo abrangeu angolanos maiores de 18 anos.

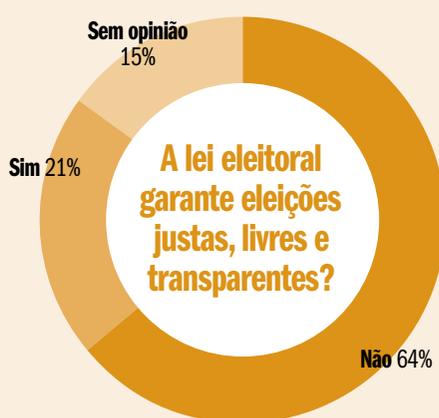
ano, em Novembro este indicador caiu “drasticamente” para 53,51%, depois de ter subido para os 81,44% em Outubro. A redução “significativa” é, segundo os analistas da AngoBarómetro, justificada com a “incerteza que pairava” quanto ao futuro de Adalberto Costa Júnior e da FPU. Como consequência, pelo menos, 28,69% dos inqueridos não acreditam na mudança por pensar que “o regime tudo faria para se manter no poder”. Os indecisos ficaram-se pelos 17,80%.

DEBATES, SIM, E LEI DESAPROVADA

Cerca de 85% de um universo representativo de 1.095 eleitores consideram que os candidatos à Presidência da República, no próximo ano, devem sujeitar-se a debates (televisivos e radiofónicos). Na opinião destes, os debates ajudariam, sobretudo, no conhecimento dos cabeças-de-lista, argumento do qual discordam 11% dos inqueridos para os quais o frente-a-frente “em nada alteraria a opinião do eleitor”. Os restantes 4% mostraram-se indecisos.

Sobre a nova Lei Orgânica das Eleições Gerais, aprovada pelo MPLA e promulgada por João Lourenço, as críticas não são menos expressivas. Pelo menos, 69,86% dos inqueridos não concordam com a decisão que legaliza o apuramento dos votos a nível central e elimina o apuramento municipal. Apenas 19,18% concordam com a aprovação do documento pela maioria do MPLA e 10,96% são indecisos. Sobre “se a lei eleitoral garante a realização de eleições justas, livres e transparentes, os valores obtidos, apesar de ligeiramente diferentes comparados aos apurados na sondagem anterior, são muito próximos, sendo que 64,38% não acredita na realização de eleições criteriosamente aceitáveis, 20,55% respondeu positivamente e os restantes 15,07% engrossam o grupo de indecisos”, escrevem os analistas, que alertam para a probabilidade de se registarem níveis “elevados” de abstenção, com consequências no enfraquecimento do “processo de democratização”, tendo em conta que “a maioria dos eleitores tem percepção negativa e falta de confiança nos órgãos de apoio às eleições”, com destaque para a Comissão Nacional Eleitoral.

A quem daria o seu voto de confiança para conduzir os destinos da Nação?



MEMORIZE

● **A AngoBarómetro** foi lançada em Janeiro deste ano por Lukonde Luansi e Orlando Ferraz, dois especialistas angolanos formados em Ciências Sociais e Políticas na Alemanha.



2022, enquanto 19,18% desejava que o Partido fundado por Jonas Malheiro Savimbi abandonasse esta iniciativa e lutasse sozinho para a conquista do poder em 2022 e 27,40% está sem opinião sobre a matéria”, lê-se no relatório.

Quanto aos baixos níveis de popularidade de João Lourenço, os pesquisadores da AngoBarómetro admitem que podem ser explicados pela “percepção” de

incumprimento das promessas eleitorais, associada à “difícil” situação económica e social da maioria dos angolanos e ao “desgaste” da governação. Aliás, questionados sobre o desempenho global de João Lourenço, a nove meses do fim do seu mandato, 65,75% dos inquiridos são de opinião que o Presidente da República “não cumpriu as suas promessas eleitorais”, contra 15,07% que acreditam ter havido

uma melhoria da situação económica e social dos angolanos, proporção abaixo dos 19,18% que se manifestaram indecisos. “Uma outra razão justificativa da queda da quota de simpatia do Presidente da República reside no facto de ter sucumbido à estratégia de manutenção do poder, ao promulgar uma Lei eleitoral reprovada não só por todos os partidos políticos com representação parlamentar, mas

sobretudo pela sociedade que, de uma forma geral, censura e considera a Lei ora aprovada, como meio legal para a legalização de possíveis irregularidades e fraudes”, escrevem os analistas da AngoBarómetro, no mesmo relatório em que assinalam “flutuações”, quanto à alternância política em 2022.

Contrariamente aos 73,04% dos eleitores que acreditavam na mudança em Agosto deste

Economia/Política



EM APENAS TRÊS ANOS

Mais de 70% das empresas de transporte de combustível faliram

FRETE. Dívidas das empresas do Estado à Sonangol alargam os problemas das transportadoras de combustíveis. Cobrança do IVA contribui para a falência.

Por Isabel Dinis

O número de empresas que fazem transporte de combustíveis pelo país reduziu 71%, em três anos, passando de 32 para nove. Segundo apurou o Valor Económico, a maioria das empresas faliu ou optou por outro ramo.

Segundo fontes do VE, a falência deveu-se à falta de pagamentos regulares por parte da Sonangol e também ao aumento dos custos de operação. Uma fonte da Associação dos Transportadores de Combustíveis (Antrac) explica que, depois da implementação do IVA, a situação

“piorou” e que o imposto foi apenas a “machadada final” para o negócio “colapsar”.

A associação entende que a Sonangol não paga, porque também não recebe das instituições do Estado. São estas, aliás, as maiores devedoras. “A Sonangol é um bom devedor, mas um mau pagador. É um bom devedor, porque aquilo que a empresa deve, se tivesse uma estrutura em que o Estado não dependesse tanto desta empresa, seria um bom pagador”, calcula. Um membro da direcção sublinha que a Sonangol “não tem honrado” os seus compromissos por causa da subvenção aos combustíveis.

“Importamos combustível, porque a nossa refinaria produz muito pouco. O problema nasce aí. 60% do consumo de combustível é feito

MEMORIZE

- Os custos de operação foram outro factor que provocou o encerramento das empresas. Os números dispararam. Por exemplo, um tambor de óleo da Pumangol custava 95 mil kz e hoje custa 525 mil mil kz.

pela Prodel, que é o maior devedor da Sonangol. Devia acabar-se com a subvenção”, defende.

Actualmente, a Sonangol deve mais de dois meses a estas empresas, no entanto, não se sabe o valor dessa dívida. O *Valor Económico* tentou junto da Sonangol perceber quando é que a empresa pretendia pagar, mas não obteve respostas.

IVA PIOROU

A entrada do IVA tornou ainda mais “difícil” a vida destas empresas. A lei obriga à liquidação da factura da Sonangol Logística. As empresas são obrigadas a liquidar o IVA em 30 dias, mesmo que não recebam. Por exemplo, explica o quadro da associação, “se trabalho para uma determinada empresa e ganho 100 mil kwanzas e não recebo, todos os meses tenho de entregar 14% de IVA. Se não recebo, tenho de tirar das minhas reservas para honrar estes compromissos”.

O empresário lembra que, se o Estado cumprisse com regularidade esta subvenção a que se propôs a pagar, a Sonangol estaria a fazer o seu trabalho.

Por isso, os empresários propu-

seram à AGT que cativasse o IVA. Quando a Sonangol pagasse, a AGT poderia fazer a cativação. No entanto, a AGT rejeitou a sugestão.

Os custos de operação foram outro factor que provocou o encerramento da maioria das empresas. Os números dispararam. Por exemplo, um tambor de óleo da Pumangol custava 95 mil kwanzas e hoje custa 525 mil kwanzas. “As empresas assim não sobrevivem e colapsaram. As empresas que resistem apenas o fazem por patriotismo porque muitos serviços, como o da saúde, dependem deste combustível que é levado para funcionarem”, sublinha o empresário.

Por causa destes constrangimentos, as empresas do sector não registaram lucros nos últimos anos.

O REPRESENTANTE da AICEP, em Luanda, Miguel Fontoura, estimou em 25% o que falta por pagar do total de 500 milhões de euros da dívida reconhecida pelo Estado angolano às empresas portuguesas.

FALSIFICAÇÃO DA MARCA

Fábricas suspensas por copiarem produtos oficiais sem autorização

Quatro empresas foram suspensas de exercer actividade económica no país, sob a acusação da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (Aniesa) de falsificarem produtos com as marcas e rótulos oficiais.

A operar no município do Icolo e Bengo, a Zheng Internacional Trade, Lda foi flagrada a produzir óleo de soja da marca 'Vida' sem licença industrial e em "péssimas condi-

ções de higiene". Por sua vez, a fábrica YanZhong Bin Comércio e Prestação de Serviços, localizada no bairro Capalanca, em Viana, foi suspensa pela prática recorrente de contrafacção no fabrico de chinelas da marca internacional Havaianas sem a devida autorização.

Em acto contínuo, a Chuangtai Sociedade Comercial e Industrial, Lda, localizada na zona do Kikuxi, também viu ser suspensa, embora tem-

porariamente, a sua actividade por também fabricar, de forma indevida, chinelas da marca internacional Havaianas.

Por fim, a única fora das hostes de cidadãos chinesas, a Fábrica Moda Havidá Comércio e Indústria, localizada no bairro Benfica, viu cinco formas usadas para a fabricação das chinelas Havaianas e uma balança usada para a pesagem das matérias-primas serem apreendidas pelo mesmo crime.



EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE COMPLEXOS DE SILOS

Igape altera data do leilão

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape) antecipou a data de início do concurso público, por meio de leilão electrónico, na modalidade de cessão do direito de exploração e gestão, com opção de compra, de complexos de silos. Está agora marcado para a meia-noite de 28 de Dezembro, com o tér-

mino a 29 de Dezembro do corrente ano, às 13h:59.

Anteriormente, as candidaturas estavam marcadas para 14 de Janeiro de 2021 e o leilão para os dias 17 e 18 do mesmo mês. Num total de cinco lotes, estão em privatização os complexos de silos da Huíla, Benguela, Huambo e Bié.

Os interessados têm a

possibilidade de visitar os empreendimentos agro-industriais, desde que antecipem e apresentem a data por via e-mail à entidade responsável pelo concurso.

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado deu início ao concurso público a 29 de Novembro do corrente ano.

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

Mercados & Negócios

CONCURSO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO KERO

Acusada de usar nome da Carrefour indevidamente, Alimenta Angola nega e considera “desculpas da batota”

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. Polémica à volta do concurso de gestão e exploração da rede de hiperes e supermercados Kero, vencido pelo grupo Anseba, continua a levantar suspeitas e descontentamentos. Fonte ministerial alega que o Alimenta Angola usou indevidamente o nome do Carrefour. Brasileiros negam e insistem terem concorrido em parceria com os franceses.

Por Guilherme Francisco

Quase uma semana depois de o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape) anunciar, em jeito de reconfirmação, a vitória da Anseba no concurso público de exploração da rede de hiperes e supermercados Kero, as suspeitas e descontentamentos continuam acesos. Fonte do Ministério da Indústria e Comércio (Mindcom) alega ao Valor Económico que, na tenta-

tiva de ganhar e enganar a opinião pública, o Alimenta Angola “usou indevidamente” o nome Carrefour, sob a capa de uma suposta parceria.

Não muito diferente, no anúncio dos vencedores, o Igape cita somente o Alimenta Angola e outros dois candidatos ao concurso, nomeadamente a Anseba e a Camarufi. E realça que, em nenhuma fase, os concorrentes apresentaram provas documentais da existência de associação com marcas internacionais.

Contactado pelo Valor Económico, o Igape insiste que o Alimenta Angola não concorreu em parceria com os franceses. Entretanto, numa outra ocasião, em finais

de Novembro, em declarações à RNA, o administrador executivo do Igape Augusto Laurindo Kalikemala explicava que o Alimenta Angola tencionava, caso vencesse, explorar o empreendimento através de um contrato franchising (consiste na concessão do direito de uso fornecido pelo proprietário de uma marca a um investidor) com a marca francesa.

“O grupo Alimenta Angola apresenta uma proposta que implica também uma eventual exploração de um franchising da rede Carrefour. Mas nunca teve um compromisso de a rede Carrefour investir directamente no negócio ou participar directamente no negócio”, refe-

riu Augusto Laurindo Kalikemala.

Descontente com o resultado, mas sem motivação de recorrer a outras instâncias, a direcção do Alimenta Angola nega ter usado o nome da rede francesa de forma indevida e garante constar, inclusive, do seu caderno de encargos.

“Estão a usar esta metodologia para se defenderem. Já foi contestado e nada se mudou”, lamenta, sublinhando que é preferível alinhar-se a “quem é dono” de forma a evitar represálias.

A empresa viu também desfeita a esperança de concorrer aos supermercados do Nosso Super. O concurso é reservado a investidores nacionais.

O grupo Anseba de origem eritreia e alemã, criado há dez anos com um capital de 200 mil kwanzas, ganhou o concurso com 66,2 pontos, segundo os resultados oficiais. O grupo tem como objecto o comércio geral e a retalho de materiais de construção e indústria transformadora. Durante uma década de existência, alterou o pacto social duas vezes. A primeira foi em 2016, tendo colocado na estrutura accionista João Tristeza Gaspar Fernandes, Arnito José Agostinho e Ives Fernandes. Todos foram retirados, entretanto, dois anos depois, mantendo entre os accionistas Kalab Woldeselassie Berhe e Yemane Berhe Weldeclassie.



A CABINDA GULF OIL Company Limited (CABGOC) renovou, recentemente, o contrato de concessão da extensão da exploração e produção do Bloco 0, situado ao longo da costa da província de Cabinda, por um período de mais de 20 anos.



TERCEIRA FÁBRICA EM ANGOLA

Mafcom investe na produção de salsichas e massas alimentares

A sociedade Mafcom, proprietária das marcas Alimo, Momo e Ceromil, está prestes a inaugurar a primeira fábrica de salsichas e massas alimentares, com capacidade inicial de produção de mais de 800 toneladas/mês, na Zona Económica Especial (ZEE) de Viana.

O início da produção está previsto para Fevereiro de 2022, assegura a consultora de comunicação e Marketing da Mafcom, Cláudia de Oliveira, sem, no entanto, especificar o valor do investimento. A fábrica vai começar a produzir perto de cinco toneladas/hora e empregar cerca de 160 pessoas.

Cláudia de Oliveira reconhece que a importação de certos produtos é inevitável, mas está convencida de que esta situação poderá ser ultrapassada nos próximos tempos. "Estamos agora a trabalhar com os produtores nacionais a fim de começarmos a ter a nossa marca, ou seja, produtos feitos por angolanos", garantiu.

ALIMO CRESCE

A fábrica de produção de margarina Alimo, com investimento de mais de 1,5 milhões de dólares, possui uma capacidade de produção mensal de cerca de 600 toneladas, perfa-

zendo um total de 7.200 toneladas de margarinas em 2021, números que, segundo Cláudia de Oliveira, acabam por satisfazer as exigências do mercado.

De acordo com a responsável, parte deste resultado tem que ver com a resposta imediata dos parceiros. "Acreditamos que estamos no caminho certo", vaticina.

NA PENÍNSULA IBÉRICA

A fábrica de empacotamento de café da Mafcom localizada na Gabela, Cuanza-Sul, entrou em funcionamento no segundo semestre deste ano e já exporta café do campo para alguns países como Portugal e Espanha. O café Amboim, do Cuanza-Sul, é o mais apreciado por ser produzido apenas em Angola. "O café de Angola tem uma história muito bonita e com a especificidade de ser o único no mundo. Temos exportado mais ou menos 10 contentores/ano apenas porque a produção é muito pouca, mas, na Europa, gostam e os compradores pedem-nos que trabalhem com os cafeicultores nacionais para aumentar a qualidade e a quantidade da produção", adianta aquela responsável.

A sociedade, que junta angolanos e indianos, instalou-se no mercado nacional há mais de 17 anos e tem representações em cinco províncias.

Por Pedro Nvakata

NOVA OPERADORA DE TRANSPORTES INTER-PROVINCIAIS

António Mosquito e Minoru Dondo juntam-se na ligação ao Huambo

TRANSPORTES. Apostada nas viagens interprovinciais e na "tecnologia inovadora", nova transportadora de passageiros e cargas arrancou dia 4. Garantindo seguro "contra todos os riscos" aos passageiros, a Huambo Expresso promete ligar o país a partir do Planalto Central.

Por Mateus Mateus

A primeira operadora interprovincial com sede no Huambo, a Huambo Expresso, foi inaugurada no passado dia 4, resultado de um investimento inicial de mais de dois mil milhões de kwanzas.

Com os empresários António Mosquito e Minoru Dondo à testa, a transportadora começa a operar esta semana com 15 autocarros de 48 lugares cada um, prevendo fazer as rotas do Cuito, Benguela, Lubango e Luanda, a partir do Huambo. No próximo ano, em Maio ou Junho, a empresa prevê estender os serviços para o Norte.

Fabrizio Herbstrith, director-geral da empresa, explica que a

operadora almeja afirmar-se no mercado com "serviços diferenciados e de alta qualidade". "Nos nossos carros, todos os passageiros saem seguros", garante o responsável, que explica como funciona o serviço: "A partir do momento em que o cliente compra o bilhete e entra no autocarro, tem o seguro do ponto de partida até ao destino e vai ter um 'kit' com um lanche nos autocarros, que é uma cortesia da empresa".

A empresa, que também inaugurou o terminal de Luanda no passado domingo, no Gamek, criou 148 postos de trabalhos directos e 38 indirectos em prestação de serviços. Prevê ainda criar mais nos próximos tempos com o aumento da frota de mais 25 autocarros que chegam no próximo ano, vindos da China.

O director-geral entende que Angola precisa ainda de "muitos

investimentos nos transportes de passageiros e de carga". Por isso, defende ser um "negócio viável".

Prometendo "rigor, apoio ao passageiro, pontualidade e preços competitivos", Fabrizio Herbstrith explica que a rota Huambo-Luanda custa 14 mil kwanzas, mas, na primeira semana, os bilhetes promocionais vão ser vendidos a 10 mil kwanzas para todas as rotas.

APOSTA NO TRANSPORTE DE CARGA

Além do aumento da frota e de rotas, a empresa tem em agenda investir numa frota de camiões de carga. E pretende criar, também no Huambo, a central de distribuição de cargas para o país. "Vamos comprar camiões para ajudar a distribuir a mercadoria a todos os cantos do país", compromete-se Fabrizio Herbstrith.



DE JURE



POR SUPOSTAMENTE PROPAGAR MENSAGENS DE ÓDIO

Facebook processado num tribunal da Califórnia

ACUSAÇÃO. Acção alega que os algoritmos usados pela rede social instigam alguns utilizadores a frequentarem grupos extremistas, uma situação ideal para “governantes e regimes autocráticos”.

O Facebook foi processado esta segunda-feira (06/12) por refugiados rohingya, que exigem uma indemnização de 150 mil milhões de dólares à rede social, que acusam de contribuir para propagar mensagens de ódio contra aquela minoria étnica

A acção, apresentada num tribunal da Califórnia onde o Facebook tem a sede, alega que os algoritmos utilizados pelo gigante tecnológico fomentaram a desinformação e as ideologias extremistas, traduzindo-se em actos violentos contra aquela minoria muçulmana.

“O Facebook é como um robot programado para uma única missão: crescer. E a realidade inegável é que o cresci-

mento do Facebook, alimentado pelo ódio, divisão e desinformação, deixou centenas de milhares de vidas de rohingya devastadas”, pode ler-se no documento, citado pela agência de notícias France-Presse (AFP).

Os rohingya, uma minoria étnica muçulmana, são perseguidos em Myanmar, onde são considerados “imigrantes ilegais” do vizinho Bangladesh, apesar de viverem no país há várias gerações.

Em Agosto de 2017, em resposta a um ataque de um grupo guerrilheiro rohingya, os militares birmaneses lançaram uma operação de limpeza que causou o êxodo para o Bangladesh nos meses seguintes de mais de 730 mil membros desta minoria perseguida.

Muitos dos que permanecem no país enfrentam a violência e a

discriminação por parte da junta militar no poder.

Em 2020, no terceiro aniversário da limpeza étnica desta comunidade predominantemente muçulmana, a Amnistia Internacional acusou as autoridades de continuarem a ocupar terrenos pertencentes aos rohingya, apesar das medidas cautelares impostas a Myanmar pelo Tribunal Internacional de Justiça de Haia, no âmbito do processo por alegado genocídio contra aquela minoria.

A acção, que deu entrada num tribunal de São Francisco, alega que os algoritmos usados pelo Facebook instigam alguns utilizadores a frequentar grupos extremistas, uma situação ideal para “governantes e regimes autocráticos”.

Há muito que as organizações de direitos humanos criticam o Facebook por não fazer

o suficiente para combater a desinformação.

Os críticos dizem que, mesmo quando a plataforma é alertada para mensagens de ódio, não reage, o que leva à perseguição de minorias e pode mesmo afectar o resultado de eleições.

A denunciante Frances Haugen, que deixou o Facebook em Maio para alertar para as práticas do seu antigo empregador, disse ao Congresso dos Estados Unidos que a rede, cuja empresa-mãe foi recentemente rebaptizada Meta, estava a alimentar a “violência étnica” em alguns países, incluindo contra os rohingya em Myanmar.

Em Novembro de 2018, o Facebook admitiu que não impediu que a plataforma fosse usada para “incitar violência ‘offline’” em Myanmar, após um relatório

independente acusar a rede social de criar um “ambiente propício” ao discurso de ódio e à violação dos direitos humanos.

Em Março desse ano, o chefe da missão de investigação da ONU em Myanmar, Marzuki Darusman, disse que o Facebook tinha desempenhado um “papel determinante” na propagação do discurso de ódio contra aquela minoria étnica.

Ao abrigo da lei norte-americana, é pouco provável que o Facebook seja responsabilizado pelas mensagens publicadas pelos seus utilizadores.

Para contornar este obstáculo legal, a acção apresentada argumenta que a lei birmanesa, que não oferece tal protecção, deve ter precedência.

Contactado pela AFP, o Facebook não reagiu.

PRISCILLA CHAN JÁ DOOU MAIS DE TRÊS MIL MILHÕES DE DÓLARES

'Senhora Facebook', milionária e solidária

FORTUNAS. Foi refugiada de guerra vítima dos EUA, mas foi com os norte-americanos que encontrou o caminho do sucesso e da generosidade. Priscilla Chan convenceu o marido, Mark Zuckerberg, a doar 99% da fortuna dos dois.

Por Emídio Fernando

No mundo dos negócios e da política, há uma frase que se tornou um lugar-comum: "por detrás de uma grande homem, está uma grande mulher". O ditado encaixa, quase na perfeição, na família Zuckerberg, ou melhor, na família Facebook. Casal detém uma fortuna avaliada em pouco mais de 100 mil milhões de euros. Mas 99% dessa quantia vai sendo doada por influência de Priscilla Chan, a mulher de Mark Zuckerberg.

Priscilla Chan foi professora, até ter optado por uma mudança radical. Inscreveu-se na Faculdade de Medicina de Harvard, graças a uma bolsa de estudo, já que não tinha dinheiro para frequentar uma das mais – se não, a mais – famosa e cara instituição do ensino superior dos EUA. Uma mudança de rumo, que iria ser decisiva para a vida profissional, mas sobretudo pessoal. Foi na Universidade de Harvard que Priscilla Chan conheceu Mark Zuckerberg, um tímido 'nerd' que tinha como principais aptidões o gosto e o conhecimento de computadores e o desejo de conhecer raparigas bonitas, aparentemente inacessíveis. Umas capacidades que permitiram – ou facilitaram – a que o jovem Mark criasse o Facebook, que domina a vida de (quase) toda a gente do mundo moderno.

A história e os meandros à volta dela e da criação do Facebook são sobejamente conhecidas e até inspiraram o filme 'A Rede Social', que transmite um retrato pouco simpático de Mark Zuckerberg.



Em contra-corrente, está Priscilla Chan que, aos 36 anos, se tornou 'imperadora' dos negócios, graças ao casamento com o tímido Mark, mas especialmente por ser a mentora de um outro rumo que deu a uma das maiores fortunas mundiais. O casal criou, em 2016, a CZI – Chan Zuckerberg Initiative – cujo objectivo passa por doar 99% da fortuna a obras de caridade e a projectos ligados à saúde e à educação.

Os mais cínicos e os mais cépticos vêm na iniciativa do casal uma forma de escapar aos impostos e uma maneira de lavar a consciência, já que a Facebook – empresa recentemente transformada com o nome Meta – tem sido comparada às grandes tabaqueiras, por alegadamente colocar os lucros à frente da segurança e da saúde (em particular, a mental).

MEMORIZE

● **Na Universidade elitista, Priscilla Chan não se adaptou, sentia-se deslocada, fora do meio e deve ter sido essa forma de estar que a aproximou do 'sr. Facebook'. Casaram-se quando a empresa entrou para a Bolsa de Valores.**

A empresa do casal foi criada, em 2016, na semana em que nasceu a primeira filha. Está sediada numa zona resplandecente em Redwood City, em pleno coração de Silicon Valley, a 'capital' das empresas tecnológicas. Em cinco anos, já doou mais de três mil milhões de dólares. Tem sido Priscilla Chan a traçar, nas poucas entrevistas que vai concedendo, as metas da CZI: "Ajudar a

curar, prevenir ou controlar todas as doenças até ao final do século e criar uma sociedade mais equitativa, em que todas as crianças tenham oportunidades iguais". Com tanto interesse altruísta, a empresa transformou-se numa fundação. Daí, de novo, volta a sofrer ataques de que há um aproveitamento mais económico do que interesse em trabalhar para os outros.

Para gerir tão pesado encargo, Priscilla Chan largou a medicina e o emprego como pediatra para se tornar co-presidente executiva da CZI. Foi um salto 'gigante' de uma ex-refugiada da guerra do Vietname, de origem chinesa, que acabou por ser acolhida nos EUA, num dos bairros pobres de operários. Para trás, deixou a fuga, num bote, de Saigão, a cidade tristemente célebre por ter sido fustigada pelas tropas norte-americanas.

Nos EUA, a jovem Priscilla foi, aliás, educada para seguir uma profissão, que lhe permitisse arranjar um emprego como electricista ou operária de uma fábrica, enquanto o pai trabalhava, cerca de 18 horas por dia, no seu restaurante... chinês, claro, que os 'clichés' têm mesmo uma razão para existirem.

No entanto, a jovem quis desafiar o destino, ajudada por uma inteligência fulgurante. Arrancou boas notas em Biologia, tornou-se uma especialista em robótica e conseguiu uma bolsa em Harvard, mas com a obrigação de servir mesas uma vez por semana, ao mesmo tempo que também fazia voluntariado, ensinando crianças desfavorecidas em bairros pobres.

Na Universidade elitista, Priscilla Chan não se adaptou, sentia-se deslocada, fora do meio e deve ter sido essa forma de estar que a aproximou do 'sr. Facebook'. Casaram-se quando a empresa entrou para a Bolsa de Valores e 'apanhou' aí o comboio rápido para a fortuna. Quatro anos depois, Priscilla Chan convenceu o marido a empreender na criação da CZI.

No mundo dos negócios e entre os multimilionários, definitivamente a filantropia vai ganhando adeptos. Além do casal Zuckerberg, também Bill Gates e a mulher Melinda e Jeff Bezos e a esposa MacKenzie Scott formam duplas que criaram fundações. Nos três casos, contribuem para a investigação e vão aproveitando para fugir dos impostos. Mas dos três casais, apenas Zuckerberg e Chan mantêm a parceria, perdão, o casamento. Os outros dois já se divorciaram.

(In)formalizando

PRETENDE CRIAR MUSEU DE LIXO

Engenheiro de ‘lata’ factura milhões com material reciclável

EMPREENDEDORISMO. Falta de espaço para depositar os resíduos tem dificultado o alargamento da produção. John Ferreira Alberto pede ajuda ao Estado, argumentando que os resultados “são visíveis”.



Por Pedro Nvakata

Atrabalhar com material reciclável, John Ferreira Alberto, engenheiro ecológico, já vendeu mais de oito peças monumentais em 2021. Cada peça chegou a custar entre 3,5 e 4 milhões de kwanzas e agora pretende alargar a produção, mas a falta de espaço tem sido um verdadeiro “entrave”, por isso precisa de um financiamento de 100 milhões de kwanzas.

Com sucatas de carros, de resíduos, materiais de electrodomésticos, orgânicos, plásticos e vidros, o artista procura formar objectos em

obras “como forma de diversificar a economia”, através da arte e da cultura. “Outras [peças] poderão ser expostas em espaços urbanos com fim de perpetuar os nossos patrimónios culturais”, explica.

John Alberto não tem dúvidas de que, caso se dê uma “atenção redobrada” a este ramo, poderá também ser um sector de combate ao desemprego. “O que pretendemos passar é que, com o lixo, se pode fazer economia, criar-se mecanismos para empregabilidade, visto que, no nosso país, o índice de desemprego é muito elevado. Precisamos também de apostar na criatividade para diversificarmos e aqui estamos a demonstrar essa diversificação de modo a podermos gerar receitas através do lixo”, comenta.

O engenheiro ecológico, que

4

Milhões kz, preço máximo de algumas peças comercializadas por John Alberto

se apresenta com a marca FMLT (Museu de Lixo Transformado), assegura que o negócio de criação de peças é lucrativo, mas sente-se agastado com a falta de confiança do Estado. “Precisamos de 100 milhões de kwanzas, mas este valor é somente para construir. Tem de haver uma reciprocidade. Se colocarem este valor à disposição, podemos colocar prazo e nós vamos retribuir, mas eles não confiam. Mesmo mos-

trando-lhes. Temos blocos de facturação que comprovam que o lixo em Angola dá dinheiro”, assegura.

Lamentando o facto de o “reconhecimento” do seu trabalho vir de outros países, Alberto sustenta que, internacionalmente, têm votos e são premiados, “mas em Angola ainda há dificuldade devido ao pouco conhecimento e à pouca noção do trabalho que temos vindo a desenvolver”.

Para o artista, é “necessária e urgente” a mudança de mentalidade de todos os intervenientes da sociedade, principalmente do Governo, que “joga um papel preponderante” para o saneamento básico e defesa do meio ambiente. “Mas aqui estamos a demonstrar como devemos ou podemos diversificar a economia através

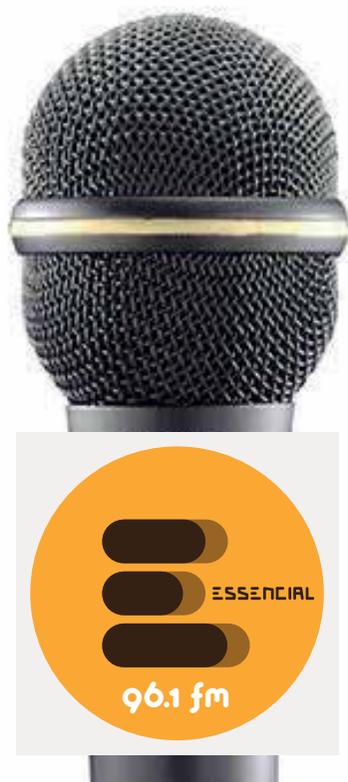
da arte e da cultura”, assegura.

O representante da FMLT garante ter já remetido ao Ministério do Cultura, Turismo e Ambiente a sua intenção de, há três anos, criar o primeiro museu do lixo transformado, que, no seu entender, irá diminuir a questão do desemprego da juventude. Processo que acredita encontrar-se estagnado, face “às excessivas” alterações dos ministros. “Já remetemos. A resposta foi positiva, mas acaba várias vezes por não ser concretizado, devido às alterações feitas no aparelho do Estado”, aponta.

Mais do que as oito peças vendidas este ano, em 2020, o Museu de Lixo Transformado conseguiu vender 15 monumentos, além de diversas peças em miniaturas preços entre 500 mil e 600 mil kwanzas.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões



Alves da Rocha,
economista

O modelo de desenvolvimento chinês

Surgem estas reflexões num momento em que a geopolítica mundial se encontra num processo de mutação acentuado com a participação crescente da China nos contextos internacionais, económicos, políticos, tecnológicos e científicos. A aceitação destes fenómenos e factos tem sido controversa e mesmo em África – onde na capital do Senegal se realizou, em 29 de Novembro de 2021, mais um Fórum China-África e para onde apoios financeiros significativos se dirigem desde há bastante tempo – a cooperação tem sido objecto de críticas. Em Angola, por exemplo, muitos empresários de topo (não necessariamente ‘top’) ligados ao poder político desvalorizam (e criticam) a importância e o interesse da cooperação com a China. Basta localizar algumas entrevistas sobre estes tópicos, bem como visualizar as redes sociais onde muitas destas críticas assentam praça, para entender que o ambiente de negócios China-Angola não se assemelha ao que já foi no passado, quando o Império do Meio resolveu atender aos pedidos de ajuda financeira de Angola para início da sua reconstrução/construção de infra-estruturas que pudessem avançar a retoma do seu crescimento (2004 com um pacote de empréstimos nunca verificado em África e equivalente a 2000 milhões de dólares). Qual é a posição oficial actual sobre a cooperação económica, financeira e empresarial com a China? A Ministra das Finanças, em declarações públicas citadas pelo semanário ‘Mercado’ no dia 8 de Agosto de 2021, referiu que “as relações com a China são muito positivas há mais de 20 anos e o país vai continuar a apostar diariamente nesta cooperação e amizade entre os dois Estados”.

Ainda estão por apurar, dum ponto de vista científico, os reais e efectivos efeitos sobre o crescimento económico destes financiamentos aplicados na reabilitação de estradas, portos, aeroportos, hospitais e escolas (um tópico de pesquisa entre academias dos dois países). A certeza que por enquanto se tem é que até 2015

os dois principais factores de crescimento da economia angolana foram os investimentos públicos e as exportações de petróleo.

O que, entretanto, correu mal para que alguns empresários angolanos despeitem tanto o envolvimento dos agentes económicos e financeiros chineses em Angola? Porquê não aconteceram as parcerias empresariais entre chineses e angolanos, previstas nos diferentes acordos de financiamento (parece que 30% estariam destinados ao envolvimento de empresas angolanas de construção civil)? Aqui pode estar outro tópico de pesquisa.

No final do dia, o ponto de acumulação destas críticas e considerações negativas é a acusação da falta de qualidade das obras públicas chinesas em Angola. Crítica que se espalhou por muitos outros países com os quais Angola se relaciona. Acaba por ser uma úlcera que a cooperação chinesa carrega e que as respectivas autoridades se têm esforçado por sarar e cicatrizar através de operações de reescalonamento da dívida pública externa de Angola, incentivação ao investimento empresarial directo chinês, doações e novos financiamentos (em Dacar, a China assegurou a disponibilização de 10 mil milhões de dólares para apoio de instituições financeiras africanas).

Acusado de autoritário, centra-

lizado e não democrático para os padrões ocidentais, o modelo chinês de desenvolvimento tem funcionado. O seu socialismo de mercado tirou da pobreza, em cerca de 10 anos, 700 milhões de cidadãos, criou uma classe média com elevado poder de compra e capacidade de investimento, inventou uma armadura tecnológica e científica que rivaliza com a dos Estados Unidos, do Japão e da União Europeia e desfruta de uma posição política internacional dominante (a liderança do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, dentro de alguns anos, pertencerá à China). Será que se pode afirmar que o custo de oportunidade da falta de democracia é a substancial melhoria das condições de vida da população? É uma questão a que só os chineses poderão responder.

O autoritarismo social que acompanha este sucesso económico é a razão mais apelativa para a localização de empresas estrangeiras em território chinês: “as empresas estrangeiras contam com o Partido Comunista Chinês para garantir uma certa ordem social que evite a ocorrência de greves e turbulências várias afectadoras da sua racional laboração”¹. Provavelmente esta paz social seria insuficiente se não coincidisse com o gigantesco mercado interno (cuja dimensão aumenta com o crescimento

da classe média e o respectivo poder de compra e a redução/eliminação da pobreza), mesmo para produtos de luxo (Adidas, Prada, perfumarias francesas, inglesas e americanas diversas, alimentação gourmet (Unilever), vestuário e adereços conexos, etc.).

A China domina na capacidade inovadora nos mercados que crescem mais depressa, o que lhe confere uma série de vantagens competitivas face aos países mais desenvolvidos do planeta e lhe permite vender mais depressa² ao utilizar, com eficiência, as novas tecnologias de comunicação, como a Internet. Ainda de acordo com Francisco Louçã, as empresas chinesas “criaram plataformas de vendas que multiplicam serviços de acesso ao crédito, à informação, a actividades sociais, a entretenimento, somente pela via de um telemóvel”.

Como se passou de um comunismo castrador de liberdades individuais e sociais do tempo de Mao Zedong para um sistema político-económico libertador de iniciativas e criador de potencialidades inovadoras? O raciocínio dialéctico pode ajudar: TESE COMUNISMO (MAO ZEDUNG) > ANTÍTESE CAPITALISMO > SÍNTESE MODELO CHINÊS DE SOCIALISMO DE MERCADO. É evidente que existem afloramentos de capitalismo na China (de Estado e privado, a pro-

priedade privada de meios de produção e de outros activos individuais ou familiares existe), mas a transição ou as transições para o modelo actual, ainda que conseguidas com base na centralização do poder político e na planificação rígida da afectação de recursos, funcionaram da melhor maneira, colocando o país como a segunda maior potência económica, financeira, tecnológica e científica do mundo. Em pouco mais de 50 anos. Angola está há quase 50 anos sob a presidência económica e política do MPLA e nenhum dos feitos conseguidos pela China se encontram sequer aflorados. Os anos de guerra civil (27 entre 1975 e 2002) nem sequer foram aproveitados para se instalarem alguns dos fundamentos de uma “economia de guerra” que pudesse ter contribuído para a instalação duma indústria pesada (com investigação associada) destinada a produzir alguns equipamentos militares. Quando os países não dispõem de uma indústria pesada (para a instalação da qual Angola dispõe de recursos naturais) dificilmente diminuirão a sua dependência do exterior e poderão criar núcleos fortes de investigação científica. A opção foi a da criação duma burguesia nacional (à sombra do Estado e do Partido), que continua a gravitar na órbita do Governo, de quem esperam facilidades várias para desempenharem uma actividade eminentemente privada.

Final o Fim da História não está próximo. Esta Teoria foi iniciada no século XIX por Hegel (enorme filósofo alemão) e retomada no último quartel do século XX, no contexto da crise das ciências sociais no geral. Francis Fukuyama (funcionário do Departamento de Estado norte americano) retoma esta problemática no seu livro *The End of History* (1989) para defender que a História da Humanidade deixará de ser depois da implantação e desenvolvimento da social-democracia e do sistema liberal. Para além disto, na sua visão, nada mais existirá. Trata-se, na verdade, de uma tese quase catastrófica, porque outros sistemas de organização económica, social e política são possíveis, como o demonstra justamente o modelo chinês. O materialismo histórico ajuda a compreender a extraordinária capacidade de transformação da humanidade.

¹Francisco Louçã: *Sucessos e Abalos Chineses*, Expresso Caderno de Economia, 8 de Janeiro de 2021.

²Francisco Louçã, *Idem*.



A publicação das contas das empresas públicas no site do Igape é relativamente recente (2018) e consiste num contributo de salutar transparência para o mercado em geral.



Transparência e prestação de contas nas empresas públicas



Oseias Casimiro, Senior Audit EY, Assurance Services

Nos termos da Lei 11/13 de 3 de Setembro, o Sector Empresarial Público (SEP) abrange as empresas públicas e as empresas com domínio público sendo que, por facilidade, as designamos por empresas públicas, dado que estão abrangidas por regimes semelhantes, em especial no respeito à prestação de contas.

A prestação de contas é um dos deveres fundamentais de qualquer Administração, sendo seguramente ainda mais importante quando o detentor do capital é o Estado, pois além da responsabilidade fiduciária inerente à gestão de qualquer sociedade comercial há que reconhecer a acrescida responsabilidade que

decorre da gestão de bens públicos. Talvez por isso o legislador tenha tido a preocupação de incluir na referida Lei 11/13 disposições específicas relacionadas com a prestação de contas, destacando-se neste contexto o artigo 17.º que, porventura, não será o mais óbvio, mas ao qual atribuímos especial relevância. Efectivamente, este artigo consagra o requisito das empresas públicas adoptarem procedimentos de controlo interno adequados para garantir a fiabilidade das contas e demais informações financeiras, assim como assegurar a eficácia e eficiência das operações.

De acordo com o site do Igape, o Sector Empresarial Público angolano integra um universo de cerca de 81 de empresas, tendo sido publicado neste site cerca de 73 relatórios e contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020. A publicação das contas das empresas públicas no site do Igape é relativamente recente (2018) e consiste num contributo de salutar transparência para os contribuintes e para o mercado em geral. Além disso, a disponibilização desta informação

permite que profissionais e académicos possam estudar assuntos relacionados com o sector empresarial público nacional, em especial matérias relacionadas com a qualidade do relato financeiro das empresas públicas. Sobre este aspecto, será fácil de constatar que existe um caminho importante a percorrer na melhoria da qualidade do relato financeiro, desde logo pelo número muito elevado de relatórios que apresentam reservas por parte do auditor externo, sendo muitas as reservas que têm em comum a insuficiência de procedimentos de controlo interno que garantam a fiabilidade das contas.

Neste contexto, não deixa também de ser relevante salientar os desafios acrescidos que se antecipam com a adopção futura de um referencial contabilístico mais exigente do que o (desactualizado) Plano Geral de Contabilidade, designadamente se considerarmos o referencial das normas internacionais de relato financeiro (IFRS).

Sendo a prestação de contas um assunto de primordial importância, a falta de qualidade das

demonstrações financeiras de um número significativo de empresas públicas deve ser motivo de preocupação, pois constitui desde logo um indicador de dificuldades do SEP, que deveria primar por uma prestação de contas transparente e de elevada qualidade. Assim, há um caminho de melhoria que é necessário ser empreendido, sendo de realçar, em primeira instância, o papel das Administrações das empresas públicas que, enquanto órgão de gestão, têm a responsabilidade primária de assegurar a concepção e funcionamento de sistemas contabilísticos e de controlo interno que sejam adequados, mas também o importante papel dos Conselhos Fiscais, que têm a obrigação de fiscalizar a gestão e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas, entre outras atribuições que a lei lhes confere. Em última instância, caberá aos responsáveis das respectivas tutelas avaliar as Administrações que nomeiam e assegurar que estas têm condições para implementar as melhorias necessárias.

Opiniões

Em África, a democracia americana é um canhão invisível



João Shang*

Nos últimos anos, devido a factores como a epidemia de covid-19 e a desaceleração económica, vários problemas surgiram no desenvolvimento económico e no processo democrático dos países africanos. Os Estados Unidos e os países ocidentais aproveitaram a oportunidade para lançar vários "movimentos democráticos" no continente africano. Alguns países africanos estão a explorar gradualmente um modelo democrático que lhes convém, mas os países ocidentais não permitem que África tenha um modelo de pensamento independente. Se há um líder africano que viola a democracia ocidental, o resultado só pode ser derrubado pela "democracia" (manifestações ou tumultos). Do presidente Kabila da República Democrática do Congo ao presidente do Zimbábue Mugabe, do regime do Mali à mudança de regime da Costa do

Marfim, da Guiné ao regime do Sudão este ano, bem como o conflito militar interno na Etiópia, as mãos invisíveis de países europeus e americanos foram vistas.

Sem excepção, os líderes dos países africanos mencionados estão a explorar um modelo democrático adequado aos seus próprios países. No entanto, quando a democracia africana e a democracia americana entram em conflito ou se posicionam do lado oposto da democracia ocidental, os Estados Unidos e os países ocidentais não podem aceitar isso. Num futuro próximo, o governo dos Estados Unidos realizará uma "cúpula da democracia" mundial. Sua Excelência o presidente Biden convidou mais de 100 chefes de estado para participar em online em todas as regiões do mundo num formato extremamente grande. A maioria dos países participantes nesta cúpula são países do terceiro mundo em África, Ásia e América Latina. O professor americano quer ensinar aos alunos do ensino fundamental uma 'Lição de Democracia Americana'. Como se para deixar o mundo saber o que é 'a grande e autêntica democracia americana!'

O movimento de promoção da democracia pelos americanos em África não é nenhuma novidade. Precisamos de entender o que é a

verdadeira democracia? A democracia americana é igual à democracia europeia? A democracia nos países ocidentais é perfeita? O mundo só precisa da democracia americana? Os países africanos precisam de criar um modelo democrático que lhes seja adequado? Primeiro, vamos dar uma olhada em como a Wikipédia de ocidentais interpreta a palavra democracia: Democracia é um regime político em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente — directamente ou através de representantes eleitos — na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis, exercendo o poder da governação através do sufrágio universal. Ela abrange as condições sociais, económicas e culturais que permitem o exercício livre e igual da autodeterminação política.

Talvez a explicação acima da democracia seja muito académica. Vamos dar um exemplo simples: 100 pessoas são divididas em 100 ovos, e cada pessoa distribui um ovo igualmente, que é a democracia. Se houver apenas 90 ovos, como 100 pessoas devem ser distribuídas? De acordo com o método democrático, deve haver votação democrática e a minoria obedece à maioria. O resultado da votação democrática é que 10 pessoas não podem obter ovos. Para 90 pessoas que recebem ovos



Para alguns países sem sistema democrático, a democracia é a esperança do povo. Onde está o futuro da democracia africana? Nenhum político ou grande pensador tem uma resposta unificada.

para votar, isso é democracia. Mas quem protegerá os direitos das outras 10 pessoas? A democracia que perseguimos deve ser justa e justa para todos, em vez de prejudicar os interesses da minoria. Quando a maioria ganha os benefícios. Porque ninguém quer fazer parte da minoria. Equidade e justiça são as pedras angulares da democracia, e democracia sem equidade é pseudodemocracia. O voto democrático é a forma mais simples de incorporar a democracia e também um dos modelos democráticos mais usados na sociedade real. No entanto, a democracia ou sistema político "uma pessoa, um voto" é propensa ao populismo. A

votação democrática requer o princípio de "uma pessoa, um voto". No entanto, no sistema dos países africanos, o modelo de votação "uma pessoa, um voto" pode ser usado para obter direitos políticos e sociais de "uma pessoa, um voto", mas não pode alcançar o direito "uma pessoa, um parte". Um "bem-estar social. No caso da votação para determinar as questões sociais, os políticos gritarão slogans para conquistar eleitores a fim de obter ganhos pessoais, e até falarão sobre algumas visões difíceis de alcançar para criar sonhos para as pessoas comuns. No entanto, esses sonhos são difíceis de realizar e eventualmente se tornam uma bolha. Embora o projecto sonhador dos políticos não tenha beneficiado o povo, causou um desperdício de recursos nacionais e sociais. Quando a economia e o poder da sociedade não podem alcançar um equilíbrio, uma democracia verdadeiramente justa não pode ser alcançada.

Nos últimos anos, o movimento democrático trouxe muitos problemas a África, mas as pessoas têm lutado no caminho para a democracia. Para alguns países sem sistema democrático, a democracia é a esperança do povo. Onde está o futuro da democracia africana? Nenhum político ou grande pensador tem uma resposta unificada.

Quando muda a base económica em que o governo dos EUA depende, a forma de democracia promovida pelo país também muda.



Como cada país tem diferentes condições sociais, costumes nacionais, cognições culturais, diferenças nos sistemas políticos e diferentes estágios de desenvolvimento social e económico, escolhas diferentes serão feitas. A democracia liberal nos Estados Unidos é uma escolha, e a supremacia dos direitos humanos na Europa também é uma escolha livre e democrática. Mesmo com o "farol da democracia" dos Estados Unidos, a democracia precisa de ser constantemente aprimorada de acordo com o desenvolvimento dos tempos. Quando muda a base económica em que o governo dos Estados Unidos depende, a forma de democracia promovida pelo país também muda. Se a democracia dos EUA se ajusta às suas próprias circunstâncias, os países africanos deveriam seguir o exemplo e copiar a democracia dos EUA? Por exemplo, os Estados Unidos são como um elefante forte e África é como um antílope magro. Embora os dois animais sejam herbívoros, seus hábitos de forrageamento e a quantidade de grama são completamente diferentes. Um elefante pode carregar 150 quilos de carga. Como um antílope magro pode carregar o mesmo peso?

A escolha de África pelo seu próprio modelo democrático tem influência no desenvolvimento social,

e económico e no destino nacional. Existem pré-requisitos para escolher a democracia certa: condições sociais e económicas. Na sociedade e na economia, os factores económicos são mais importantes. Por exemplo, uma pessoa deve escolher roupas pelo preço correspondente com base na sua renda. A situação económica também determina a estrutura social de um país, e o ambiente social determina o modelo democrático e o fundamento da escolha. Num país, a classe média é a maioria da democracia liberal. Se a democracia quer sobreviver e se desenvolver principalmente, ele deve criar uma estrutura económica que conduza à classe média. Nos países africanos, a população de classe baixa é a maioria, portanto, a futura estrutura socioeconómica deve girar em torno da melhoria dos padrões de vida da população de classe baixa e do combate à pobreza. Na actual estrutura social e económica, um pequeno número de pessoas detém uma grande riqueza e é difícil para a grande maioria das pessoas na base obter renda suficiente para viver. Então, uma estrutura económica que atende a poucas pessoas não pode melhorar a qualidade de vida da maioria das pessoas. Não apenas deixará de produzir a classe média de que o país necessita, mas

Como podem 54 países africanos e 3.200 grupos étnicos criar sistemas democráticos que atendam a diferentes culturas, diferentes condições sociais e diferentes estruturas económicas?

também solidificará a população de baixa renda.

O actual desenvolvimento da democracia americana e da democracia europeia em África reflecte-se apenas nas eleições presidenciais e parlamentares, mas não tem efeito na melhoria de aspectos importantes da vida dos povos. Somente nas eleições presidenciais e parlamentares os políticos entendem a importância do povo. A eleição representa o voto da maioria do povo, ou seja, o sistema de eleições democráticas. No entanto, as eleições políticas são apenas uma parte da democracia, e tem outros conteúdos mais importantes. Se haverá más práticas e erros

nos resultados das eleições democráticas, a resposta é sim. Isso ocorre porque as operações de caixa-preta e o suborno eleitoral que ocorreram durante o processo eleitoral causaram directamente o fracasso das eleições democráticas.

Sérios problemas sociais surgiram quando a democracia americana se espalhou para os países africanos governados pelo Ocidente por centenas de anos. Porque este tipo de democracia não é cultivado e desenvolvido internamente pela própria África, mas é implantado à força pelos países ocidentais. A democracia americana trouxe muitos conflitos para a sociedade, economia, cultura e política dos países africanos. Muitos problemas democráticos nos países em desenvolvimento são causados simplesmente pela cópia dos modelos democráticos ocidentais. Essa base democrática é muito fraca e seu nível também é muito baixo. Portanto, a democracia americana não tem solo adequado para a sobrevivência no continente africano.

Porque África não pode imitar a democracia americana? Porque a democracia americana tem um lado hipócrita. Os Estados Unidos atribuíram a sua própria crise democrática a factores externos. Na verdade, os problemas enfrentados pela democracia americana derivam das suas próprias deficiências. A democracia americana também está a enfrentar vários desafios nos Estados Unidos, como o projecto de lei do seguro médico, déficit orçamentário federal, crimes violentos, imigração ilegal e crimes com armas de fogo, terrorismo e assim por diante. O continente africano deve criar o seu próprio modelo democrático baseado no seu próprio desenvolvimento social, estrutura económica e necessidades das pessoas. Capacitar o desenvolvimento político, económico e social dos países africanos para alcançar um desenvolvimento sustentável em condições equilibradas.

Em países de África, Europa e Ásia, a democracia caiu profundamente no atoleiro da democracia de baixo nível. Os políticos devem chegar a um consenso sobre o desenvolvimento social, económico e político do seu país. O desenvolvimento saudável da sociedade e da economia, bem como a construção dos sistemas nacionais, exigem um bom modelo democrático. Sem uma democracia que se adapte às suas próprias condições nacionais, os conflitos surgirão. Nos últimos meses, os golpes militares na Guiné, os golpes milita-

res no Sudão e o conflito militar na Etiópia, todos soaram para nós. Por exemplo, num mesmo golpe militar, as atitudes dos povos dos dois países em relação aos golpes militares são muito diferentes. Depois do golpe na Guiné, os povos da capital saiu às ruas para bater palmas para comemorar, pelo contrário, depois do golpe militar no Sudão, o povo saiu às ruas para protestar e condenaram os golpistas. Somente escolhendo e formulando uma democracia que se adapte às suas próprias condições nacionais ela pode trazer estabilidade de longo prazo para o desenvolvimento do país.

Se os países africanos desejam paz e estabilidade de longo prazo, devem desenvolver e construir um modelo democrático que lhes seja adequado, em vez de simplesmente copiar a democracia americana como alguns países em desenvolvimento. No entanto, um ponto deve ser enfatizado: construir e desenvolver um modelo democrático africano não é se opor à democracia americana, mas criar um modelo democrático mais adequado para o continente africano. Não imitar ou copiar o modelo democrático americano não significa opor-se ou abandonar a democracia americana, mas aprender as vantagens do modelo democrático americano. A construção de estradas do modelo democrático africano é muito difícil. Como podem 54 países africanos e 3.200 grupos étnicos criar sistemas democráticos que atendam a diferentes culturas, diferentes condições sociais e diferentes estruturas económicas?

Em suma, o futuro modelo democrático africano não é exclusivo e as vantagens de outros modelos democráticos devem ser absorvidas. Esta terra é um mundo aberto e pluralista, e sistemas políticos plurais e modelos democráticos plurais devem coexistir. Não é que o modelo democrático diferente da democracia americana seja autocracia. Qualquer modelo democrático precisa de concorrentes, caso contrário, entrará em declínio. Em África, a democracia americana não pode ser como um canhão invisível, sempre destruindo outros modelos de democracia. Somente construindo e desenvolvendo seu próprio modelo democrático africano pode alcançar estabilidade de longo prazo.

**Investigador, Kwenda Institute Investigador, Centro de Pesquisa dos Países de Língua Portuguesa, Universidade de Economia e Negócios Internacionais (UIBE)*

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

S seja bem-vindo, querido leitor, a este seu espaço onde perguntar não ofende em mais uma semana com a actualidade mundial a ser marcada por um novo pânico-covid, desta vez com a variante Ómicron, que gerou, a par de quedas das bolsas mundiais, a reacção preventiva mas irracional do fecho de fronteiras aos países da África Austral.

A reacção foi preventiva no sentido em que é a solução encontrada pelos países para limitar a importação de casos, sendo que o custo-benefício (particularmente nos países com leituras estatísticas funcionais que não é o caso do nosso) é avaliado contrapondo a necessidade de salvar vidas e de manter sistemas de saúde operacionais com os custos financeiros de qualquer fecho de fronteiras. Custos que, dependendo da morfologia das economias, podem ser incapacitantes. A África do Sul perdeu, em 2020, cerca de 16 mil milhões de dólares em receita que era esperada só do sector do turismo. Em Portugal, a província nortenha do Minho, que faz fronteira com a Espanha, perdeu, em 2020, 92 milhões de euros por causa do fecho de fronteiras entre Portugal e Espanha.

Mas custos financeiros à parte, os últimos fechados de fronteiras à África Austral sobretudo são irracionais porque os cientistas da África do Sul identificaram a variante – não são os pais dela. E isto é bom repetir devagar porque pode ser que os nossos dirigentes oiçam: identificar uma variante significa que se tem meios e capacidade científica para fazer esse estudo, não significa que essa variante só exista na África do Sul. E tanto assim é que há vários casos

pelo mundo fora, alguns identificados na Europa e nos EUA a circular muito antes de os cientistas sul-africanos a identificarem.

Como a irracionalidade cada vez mais se vai tornando a nossa marca – a irracionalidade e a vergonha que essa irracionalidade causa – o nosso Governo apressou-se a aplicar o mesmo embargo aplicado pelos países do hemisfério norte aos países da África Austral. De tal ordem precipitadamente que há relatos de angolanos que vinham nesse mesmo dia do anúncio da medida num avião da África do Sul para Luanda que estava em pleno voo e que teve de voltar para trás porque o nosso Governo implementa medidas assim de forma intempestiva, quase boçal, parecendo julgar que essa rapidez é de alguma forma sinónimo de competência.

Assim como do dia para a noite se decidiu que mais ninguém saía do país sem vacina, assim como, sem ter capacidade instalada para vacinar em massa, se decidiu que o certificado seria obrigatório para entradas em instituições públicas, assim, do dia para a noite, se decidiu que mais ninguém entrava vindo da África Austral. E agora pergunto eu, mas nós, um país africano, entrámos tão rápido na roda do isolamento europeu e americano a África, um isolamento que já está a ser chamado de “novo apartheid” pelo líder das Nações Unidas, porque? Será porque o ‘chefe voador’ quer parecer bom aluno nos europeus e restante hemisfério norte, de modo a tentar não entrar também para a lista negra? De modo a evitar ficar novamente retido sem ter para onde voar como ficou no pico da pandemia (que ainda o fez parecer mais infeliz do que o costume)? “Too late”, diriam os ‘brits’ que puseram rapidamente Angola na dita lista das fronteiras fechadas.

Mais uma vez, caros dirigentes, vale o ditado “galinha não segue pato” – parem de tentar imitar países do hemisfério norte, países alheios com um nível de organização diferente e que lhes permite tomar e ‘destomar’ medidas que

Não é defeito nenhum quando a opinião dos outros é irrelevante para a nossa vida pessoal, mas é defeito grave de fabrico quando a opinião pública se torna indiferente para a conduta de um servidor público.

nós não temos bases para imitar. É que, entretanto, depois do pânico inicial e devido a uma tomada de posição forte do presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, os britânicos, que lideraram o ‘apartheid da covid-19’ à África Austral, retiraram a decisão porque

ficaram envergonhados pela precipitação inicial, e a British Airways voltou a voar para a África do Sul. E agora, em que posição ficam os nossos dirigentes que seguiram a batuta dos britânicos esquecendo em que continente estão? Vergonha...

Paradoxalmente, se o Governo angolano se esforça até ao ridículo para impressionar no hemisfério norte, em Angola mesmo, impera a lógica do antigo ditado árabe: ‘os cães ladram e a caravana passa’. Só que, diferente do intuito original do ditado, que atribuía o rótulo de ‘cão que ladra em vão’ a quem queria prejudicar o desenvolvimento de outrem, o nosso Governo trata grande parte da opinião pública que quer o desenvolvimento do país como cães que ladram à sua imparável caravana. É que o latir que é ignorado vem de tantos e tão diversos quadrantes que não se vislumbra outra explicação.

Os dirigentes e aspirantes a dirigentes falam para a sua corte

e por isso descrevem maravilhas, enquanto fora dela todos os cães a latir são ignorados com sucesso.

A repulsa generalizada pelo gasto de perto de 45 milhões de dólares para a construção de uma nova sede para a CNE, quando o número de pessoas a passar fome nas ruas aumentou exponencialmente com o agudizar da crise em conjunto com a seca e as pragas no Sul do país e enquanto o desemprego só aumenta – repulsa ignorada com sucesso assim como todos os latidos acerca de outros despesismos injustificados num país com as emergências humanitárias que tem o nosso.

As reclamações sistemáticas contra a parcialidade absolutamente vergonhosa da cobertura dos meios de comunicação públicos, desabridamente a favor do partido no poder – “ladrem cães que a caravana segue”.

As críticas (fora da corte, claro) sobre a intervenção embaraçosa e infantilizante do Tribunal Constitucional na vida interna do maior partido na oposição, dois anos depois do congresso objecto de interferência – ignoradas – ladrem kambuás que a caravana passa, cuja que esteja, vai continuar a sua marcha.

Os cães ladram contra o sistemático recurso à adjudicação directa e ao negócio consigo próprio, que é frequentemente associado, por exemplo, à famosa Omatapalo, que, segundo media independentes, recebeu a adjudicação de mais uma obra na semana passada, no valor de 23 milhões de dólares, num ano em que lhe terão sido também adjudicadas as obras do cash center do BNA e do novo Hospital Sanatório – latir inaudível... a caravana segue imparável com a sua corte a aplaudir.

A governação não tem de governar para ser popular, mas deve ser assente num princípio de prestação de contas e de serviço público. Não é defeito nenhum quando a opinião dos outros é irrelevante para a nossa vida pessoal, mas é defeito grave de fabrico quando a opinião pública se torna indiferente para a conduta de um servidor público – porque significa que deixou de o ser. No caso de Angola, essa indiferença da governação é endémica e o resultado é o que temos há décadas.

Com esperança de que mais do que deixarmos de ser tratados como kambuás, deixemos de ter razões para latir, marcamos aqui encontro e na sua Rádio Essencial.

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGÊNCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE: BCCBAGLU

IBAN: A006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, IV 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I - Em Talitane: Mirantes Travessa 4, s.º 1.º E, junto ao largo do Zico TV
II - Rua Marlon Njauá s.º 11, dentro urbano da Misericórdia
III - Parque de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Lubango
I - Parque de Nossa Senhora das Dores (Misaki)

Contactos telefónicos: +244 933 098 903 / +244 936 032 631

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Economia 100 Makas

Como eu pago a minha empregada com o subsídio à gasolina e ainda me sobra dinheiro

Feitas as contas, no segundo trimestre de 2021, o preço real, isto é, sem subsídio, da gasolina devia ter sido em média 406,69 kz por litro e o do gasóleo 396,00 kz, contra os 160 kz e 135 kz, respectivamente, pagos na bomba pelos automobilistas.



Carlos Rosado de Carvalho, jornalista e professor de Economia

No primeiro semestre de 2021, o Governo 'torrou' 428 mil milhões kz a subsidiar os combustíveis, de acordo com dados do Instituto de Gestão e dos Activos e Participações do Estado (Igape). O gasóleo foi quem levou mais dinheiro, 222,8 mil milhões kz, seguido da gasolina, com 117,04 mil milhões kz, do gás de petróleo liquefeito, vulgo gás de cozinha, com 82,91 mil milhões kz e do petróleo iluminante, com 5,6 mil milhões kz.

A manter-se este ritmo, chegaremos ao final do ano com 856 mil milhões Kz de subsídios – provavelmente será mais porque o preço do petróleo aumentou no segundo semestre. Ainda que sejam apenas 856 mil milhões kz, é mais do que o orçamento da Saúde deste ano que se queda pelos 856 mil milhões kz. E quase tanto como os 1,2 biliões kz alocados para a educação.

Ou seja, os subsídios aos combustíveis são muito onerosos para as Finanças Públicas.

Além de onerosos os subsídios aos combustíveis são injustos. Beneficiam mais os mais ricos. Tomemos como indicador de riqueza os carros. Quanto mais potente (e por isso, mas caro) for o carro, maior o subsídio. Como os ricos compram carros mais potentes, recebem mais subsídios.

As contas (não) são simples de fazer. Vá se lá saber porquê (mas só poder ser para baralhar), o Igape só dá números globais e em tone-

ladas métricas em vez de litros. Mas com recurso a conversores é possível chegar lá.

Uma tonelada métrica (TM) de gasolina equivale a 1 289 litros. Já uma TM de gasóleo corresponde a 1 219,5 litros.

No segundo trimestre (última informação disponível) o país consumiu 178,9 mil TM de gasolina e 355,8 mil TM de gasóleo, que correspondem a 248,5 mil litros de e 433,79 mil litros, respectivamente. Como foram gastos em subsídios à gasolina 61,3 mil milhões kz entre Abril e Junho de 2021, neste período, cada litro de gasolina foi subsidiado em média em 246,69 kz. Já os subsídios ao gasóleo custaram 113,2 mil milhões kz o que dá um subsídio de 261,00 kz por litro.

Feitas as contas, no segundo trimestre de 2021, o preço real, sem subsídio, do litro de gasolina devia ter sido, em média, 406,69 kz e o de gasóleo 396,00 kz, contra os 160 kz e 135 kz, respectivamente, pagos na bomba pelos automobilistas.

Ao contrário do Igape que esconde

os subsídios por litro, eu defendo que as bombas de combustível deviam exibir lado a lado o preço real e o preço de venda subsidiado, justamente para sensibilizar os automobilistas para a barbaridade dos subsídios.

Voltando às contas sobre o facto de os subsídios beneficiarem mais os mais ricos tomemos como exemplo o meu carro que gasta 13 litros de gasolina aos 100 Km. Como eu faço em média 500 Km por semana, no segundo trimestre de 2021, eu recebi (ou deixei de pagar que vai dar no mesmo) 16 034,85 kz por semana de subsídios, o que dá 64 139,4 kz por mês.

Se eu fosse mais rico e tivesse um carro mais potente o subsídio ainda era maior.

A minha empregada doméstica não ganha o que eu recebo em subsídios à gasolina. O que quer dizer que os subsídios à gasolina pagam a minha empregada doméstica e ainda sobram uns trocos.

Embora eu não seja rico e a eliminação dos subsídios vá causar moossa nas minhas finanças pessoais, segu-

ramente que os subsídios à gasolina que eu recebo do Estado seriam muito mais justos se aplicados na saúde ou na educação públicas que beneficiam mais a minha empregada doméstica.

E a injustiça é tanto maior quanto mais potente e gastador for o carro. Os subsídios recebidos pelos donos das bombas com que me cruzo na via pagam mais do que uma empregada doméstica com o subsídio.

Para além de onerosos e injustos os subsídios são ineficientes. O facto de a gasolina ser barata faz com que usemos mais o carro. Eliminemos os subsídios, o que é o mesmo que dizer aumentem os preços, que vamos todos passar a usar os nossos carros com maior moderação.

Por último, mas não menos importante, os subsídios aos combustíveis são inimigos do ambiente. Os combustíveis são produzidos a partir de combustíveis fósseis responsáveis pelas alterações climáticas.

Com tantos passivos não se percebe porque não se eliminam os subsídios aos combustíveis e se aplicam as poupanças em outras despesas

como a Educação e Saúde.

Ou até em transferências monetárias directas para os mais pobres. Se é certo que os subsídios beneficiam mais os mais ricos, quando são retirados prejudicam mais os mais pobres. Por exemplo, se o gasóleo aumentar, os custos dos serviços de táxi sobem e os taxistas aumentam os preços ou encurtam as linhas, causando inflação.

Uma das medidas possíveis para mitigar os efeitos da retirada dos subsídios dos combustíveis sobre os mais vulneráveis que são os que mais usam o serviço de táxi é aumentar o seu rendimento através de transferências monetárias. Isto mesmo está previsto no programa com o FMI e já está a ser feito com um financiamento do Banco Mundial. Refiro-me ao programa Kwenda.

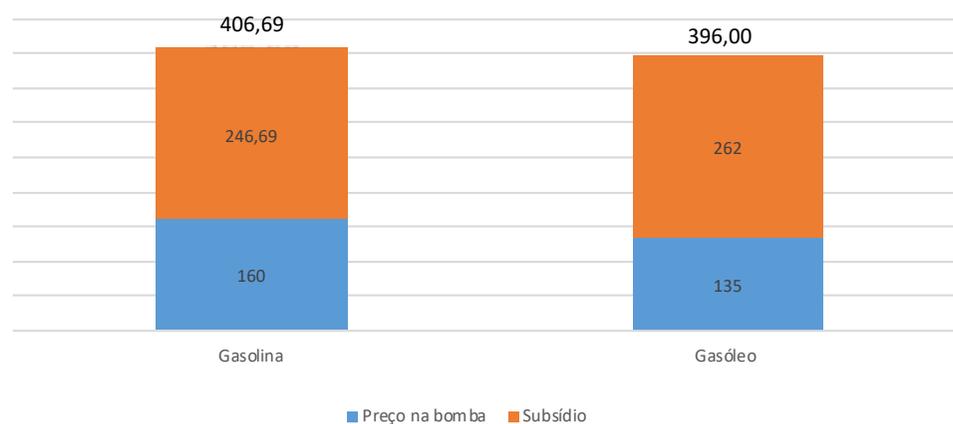
Outra forma de mitigar os efeitos da retirada dos subsídios dos combustíveis é o chamado gasóleo verde ou profissional, que consiste em continuar a subsidiar, embora a um nível inferior, os sectores que mais utilizam combustíveis como a agricultura, as pescas e os transportes. A medida já está em decreto, mas ainda não saiu do papel.

Identificados os problemas e as soluções, embora criticáveis – as transferências monetárias directas por serem consideradas assistencialistas e o gasóleo verde ou profissional porque abre espaço para fraudes –, falta agir. Assim os políticos queiram.

Naturalmente que a retirada dos subsídios aos combustíveis não poder do dia para a noite. Antes pelo contrário têm de ser graduais e bem explicados para não despertarem o fantasma da inflação nem gerarem instabilidade social.

O tema devia ser obrigatório nos programas eleitorais dos concorrentes às próximas eleições, em especial do MPLA e da UNITA.

Preços reais dos combustíveis no 1.º trimestre 2021, kz por litro



Fonte: cálculos do autor com base nos dados do Igape



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 287 Likes 656 Partilhas 125

A capa da edição 287 do Valor Económico foi dos temas mais comentados na página do Facebook pela manchete dedicada à ruína do sistema de justiça em que falta de tudo um pouco, desde luz, a tinteiros, a papel e em que os juízes têm muitas vezes de pagar consumíveis do próprio bolso. Numa semana em que os temas da página do VE alcançaram mais de 200 mil internautas com mais de 65 mil interações registadas.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Alexandra Simeão

O Estado de Direito está descalço e a democracia está em perigo



MCVictor

Mas as viaturas e as casas dos juizes, bem como os evidentes sinais de riqueza exterior legislam com eles



Moisés Das Neves

Primeiro compramos bons carros, boas casas, tem empregados até para passar o creme nos pés, mas não têm tinteiro, papel, e a fotocopiadora avariou.... Mas há mais, compramos autocarros, mas as estradas continuam degradadas!! Colocamos canalização, torneiras novas, mas nem água vem nem água vai, Fazemos hospitais, mas temos um médico para cada 1000 pacientes. Pedimos aos transeuntes que á noite andem com colete refletor para serem vistos, mas os postes estão lá apagados!! Pronto já chega.



Rodrigo Guimaraes

Moisés Das Neves na TPA o país está um luxo, tudo corre bem tubo bem, arranjado, povo sem fome tudo limpo não há corrupção, polícia faz uma boa gestão exemplar na sociedade, parece país de primeiro mundo quando se põe o pé na rua é um Deus nos acuda



Renato Fábio

Apesar de tantas dificuldades, ainda assim queriam primeiro, casas no Talatona e carros de luxo. Francamente



Irmão Carvalho

É verdade que os tribunais estão sem papéis e tinteiros. Há tempos tive na "sala da família" do tribunal provincial de Luanda. E umas das funcionárias disse que estavam sem papel, tinteiros e folhas A4 há meses e que nem sabia dizer quando teriam novamente.



José Rui de Carvalho

Tenho um processo há 13 anos não anda



Rafael Alpoim Rafa

José Rui de Carvalho deve ser a falta de tinteiro



Willy Afonso

Isso para mim cheira crime de sabotagem, nenhum intelectual no tange tem enquadramento jurídico? Aí não sai crime lesa pátria?



Gaudencio Dumbo

Agora vão comer Land Cruisers. Quando se tem somente 140 KB, o resultado é mesmo esse!



David Félix

Vendem as viaturas top de gama dos chefinhos.



Roberto Mancino

Tem que verificar na casa deles, vai encontrar todos os materiais



DOM ПАМОС

A Justiça sempre andou no cafrique, ou seja o Governo todo, anda no cafrique do MPLA, por isso que não temos um país para os Angolanos.



Ricardo Coração de Leão

Estou com processo em tribunal desde 2014 até agora nada!



João De Oliveira José

Então, os magistrados, primeiro pedem carros, apartamentos, etc., em vez de exigirem condições de trabalho!



Sheriff Sheriff

A culpa é vossa também. Apoiaram o regime em tudo.



António Renato

Nas ameaças de greves não podiam colocar as condições? Agora como se sabe, não dependem do Ministério da Justiça

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

Covid-19

PRIORIDADE PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Angola começa a administrar terceira dose

Angola começou, recentemente, a administrar a terceira dose da vacina contra a covid-19 com os profissionais de saúde a serem os primeiros a receber. A informação foi avançada pelo secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda, salientando que a medida visa reforçar a imunidade deste grupo com alta exposição. O início, entretanto, contraria as primeiras previsões que apontavam para Janeiro de 2022. As informações iniciais davam ainda conta que, além dos profissionais da saúde, os idosos

também fariam parte dos primeiros a receberem a terceira dose. Por outro lado, Franco Mufinda manifestou-se preocupado com a pouca adesão para a toma da segunda dose, estimando existirem mais de seis milhões de cidadãos a tomarem a segunda dose.

Segundo os dados, Angola já administrou 9,85 milhões de doses e estão totalmente vacinadas 3,07 milhões de pessoas, fixando em 9,3% a taxa da população elegível com a vacina completa.



AINDA ESTE MÊS, DIZ ESTUDO

Cabo Verde e Tunísia podem atingir meta de vacinação

Cabo Verde e Tunísia devem, até Dezembro, devem atingir a meta de 40% da população vacinada, segundo estima um estudo da Fundação Mo Ibrahim, publicado esta segunda-feira.

A concretizar-se, juntar-se-ão a Ilhas Seicheles, Maurícias e Marrocos que já atingiram a

referida meta. No entanto, os números oficiais das autoridades cabo-verdianas indicam que alcançaram e até superaram a meta, estimando que, até à passada segunda-feira, 82,8% das pessoas adultas já tinham recebido a primeira dose das vacinas, e 67,6% estão completamente

vacinadas.

Por outro lado, o estudo 'Covid-19 em África: um caminho difícil para a recuperação' observa que os restantes 49 países africanos estão muito atrasados, com destaque para a República Democrática do Congo, Sudão do Sul, Chade, Tanzânia e Camarões.

PELO CDC DOS EUA

Angola classificada como destino de risco “elevado”

Angola está classificada como um destino de risco “elevado” ou de nível 3 na mais recente actualização do Centro de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, que coloca Portugal no nível ou destino de “muito elevado”.

“Certifique-se de que está totalmente vacinado antes de viajar para Angola”, consta entre as recomendações do CDC, para quem tenha de viajar para Angola. Recomenda ainda aos “viajantes não vacinados” a evitarem “viagens não essenciais para Angola”, acrescentando que, “devido à situação actual em Angola, todos os viajantes podem estar em risco de obter e

espalhar variantes da covid-19” “Os viajantes devem seguir as recomendações ou requisitos em Angola, incluindo o uso de máscara e a distância de seis pés dos outros”.

O CDC tem quatro níveis de classificação, sendo um de países de risco desconhecido, seguindo-se os níveis 1 (baixo), 2 (moderado), 3 (elevado) e 4 (muito elevado).

Dezanove países africanos fazem parte do nível baixo, enquanto três fazem companhia a Angola no nível 3. Brasil também está no mesmo nível de Angola, enquanto Portugal está classificada como destino de risco “muito elevado”

A UNIÃO AFRICANA (UA) pediu nesta terça-feira, para que se revoguem com a máxima urgência as proibições “selectivas” de viagens impostas a alguns países membros da África Austral, devido a nova variante da covid-19, considerando que não há provas científicas sustentáveis.

GARANTEM ESPECIALISTAS

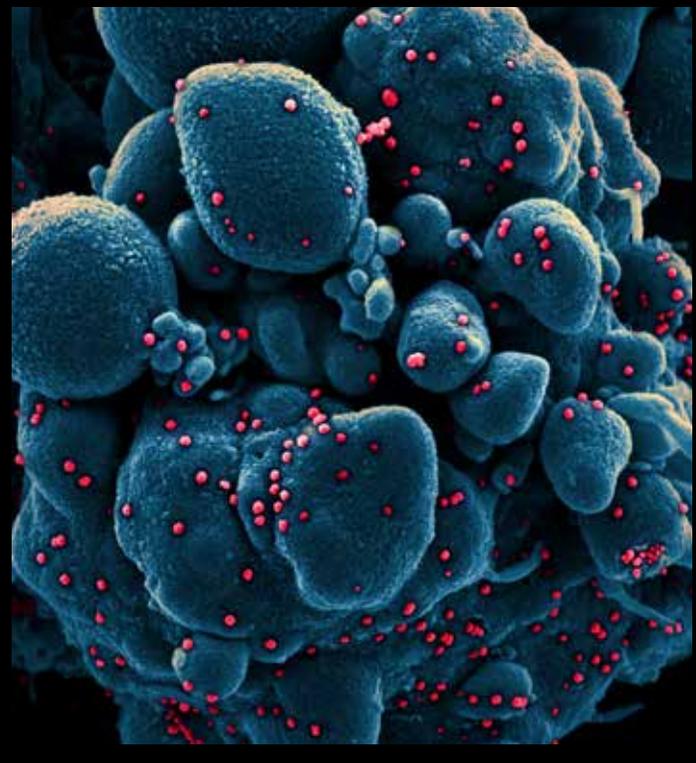
Continua a luta para entender variante ómicron

Continua a busca pelos cientistas para a descoberta das características da nova variante do coronavírus, o ómicron. A virologista espanhola Inmaculada Casas descreveu-o como “uma espécie de Frankenstein”, que apresenta mais de meia centena de mutações, 36 delas concentradas na espícula, a proteína que usa como chave-mestra para invadir as células humanas.

Segundo a especialista, os anticorpos gerados com a vacina ou por uma infecção prévia sabem reconhecer a espícula do coronavírus original, mas não há garantias que consigam reconhecer e o ómicron o que diminui a eficácia das vacinas.

Por outro lado, um estudo preliminar da Universidade de Stellenbosch (África do Sul) sugere que, em comparação a variantes anteriores, como a delta (hoje dominante no planeta), a ómicron tem o triplo de capacidade de reinfectar pessoas que já tiveram covid-19.

Algumas mutações da ómicron, além disso, alteram sua forma de se acoplar aos receptores das células humanas, segundo os modelos bioinformáticos do virologista Javier Jaimes. Os efeitos desta novidade ainda são um enigma. Uma equipa internacional de cientistas coordenada pelo Instituto Nacional para as Doenças Infecciosas da África do Sul calculou na sexta-feira que a ómicron se espalha com o dobro da velocidade que a delta. A explicação poderia ser uma maior transmissibilidade, por sua melhor capacidade de penetração nas células humanas, ou uma maior habilidade para driblar anticorpos e reinfectar. Ou ambas.



ÁFRICA DO SUL

Novos casos multiplicam-se

A África do Sul está a registar um aumento significativo de novos casos de covid-19, segundo depoimentos e dados de diversas instituições. Dados do Instituto Nacional de Doenças Transmissíveis da África do Sul, divulgados na última segunda-feira, dão conta, por exemplo, que, na semana passada, os casos chegaram a mais de 16 mil, um aumento dramático em relação aos dois mil 300 do primeiro dia da referida semana.

“Infelizmente, estamos vendo mais do que o dobro de internamentos hospitalares a cada dia”, disse Ian Sanne, um especialista em doenças infecciosas que actua no comité consultivo presidencial covid-19 da África do Sul, apelando aos hospitais que se preparem para “surto significativos” de pacientes nas próximas semanas e meses.

Por seu turno, o presidente Cyril Ramaphosa anunciou,

para breve, a reunião do Conselho Nacional do Comando do Coronavírus para discutir novas medidas. Na sequência, diversas associações empresariais manifestaram-se preocupadas com a possibilidade de as novas medidas paralisarem a actividade económica. “O que estamos a tentar fazer é evitar qualquer ameaça de bloqueio no sector de restaurantes”, disse Wendy Alberts, Ceo da associação, citado pela SABC News.



...MTN anuncia despedimento

A operadora de rede móvel sul-africana, MTN, anunciou, esta segunda-feira, que os funcionários que se recusarem a vacinar contra a covid-19 sem razão válida serão demitidos da empresa. “Para os funcionários que não estão isentos da vacinação por meio de avaliação de risco ou isenção previamente acordada, mas que ainda recusam a vacina-

ção, a MTN não será obrigada a manter o contrato de trabalho”, anuncia em comunicado o administrador do Grupo MTN Ralph Mupita, sublinhando que a medida entrará em vigor em Janeiro do próximo ano, abrangendo todas as empresas e subsidiárias do grupo. “Como empregador, temos a responsabilidade de garantir que os nossos locais de trabalho obser-

vem os mais elevados padrões de saúde e segurança, e isso informou a decisão de tornar a vacinação da covid-19 obrigatória para os nossos funcionários”, referiu.

O administrador da empresa sul-africana salientou que a nova medida sobre a covid-19 “reconhece” que alguns dos mercados onde a MTN opera “não têm acesso adequado às vacinas”.

Marcas & Estilos



Inspirando invenções

A coleção Amble foi criada em colaboração com Hanna KL, conhecida pelos ícones peculiares e divertidos. O aspecto exterior desta peça foi reinventado e inspirado em alguns lugares australianos, as paisagens vermelhas empoeiradas aos verdes suaves de eucalipto.



Um toque de ternura

O padrão de listras deste cobertor de bebé super fofo tricotado à mão da Comfort Lab torna-o tão único quanto confortável. A combinação de cores vibrantes dá ao quarto um toque de ternura.



AUTOMÓVEL

Performance e segurança

Expressivo de todos os ângulos, o novo Hyundai Kauai eleva as premiadas linhas e a carroçaria elegante do antecessor a um novo nível. As melhorias do design são facilmente identificáveis devido à integração da nova grelha, nova assinatura de luzes e uma secção traseira ainda mais distinta.

Sendo um dos carros mais seguros do segmento, é sinónimo de novas e melhoradas tecnologias de segurança e de apoio para uma condução tranquila. Entre as funcionalidades estão o alerta de fadiga do condutor e o sistema de manutenção à faixa de rodagem.

As motorizações atingem novos níveis de performance e sustentabilidade, com uma motorização mild-hybrid de 48 V, disponível com um motor diesel 1.6 litros de 136 cavalos de potência.

AGENDA

LUANDA

DE 3 A 23 DEZEMBRO

Exposição 'Monyo I Nyitu Espírito e Corpo' dos artistas angolanos Patrício Mawete e Benigno, na Galeria Tamar Golan e na galeria de arte contemporânea da Fundação Arte e Cultura.

9 DE DEZEMBRO

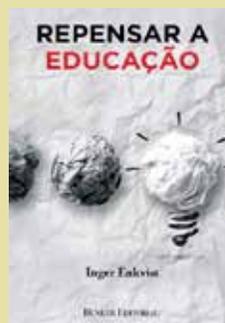
Conferência Nacional sobre a covid-19, com especialistas que vão abordar temas relacionados com a pandemia. A partir das 08h30, na sala de conferências da Mediateca 28 de Agosto. 943 573 795 / 991 672 706

18 DE DEZEMBRO

Gala Miss CPLP Angola no Condomínio Boa Vida, para eleger quem irá representar Angola em Portugal na Super Gala Final Miss CPLP. Às 21h00.

Glow Colour Fest 202, com participação de Edgar Domingos e Mobbers, entre as 12h00 e a meia-noite. Reservas no 933 885 757 / 923 695 038.

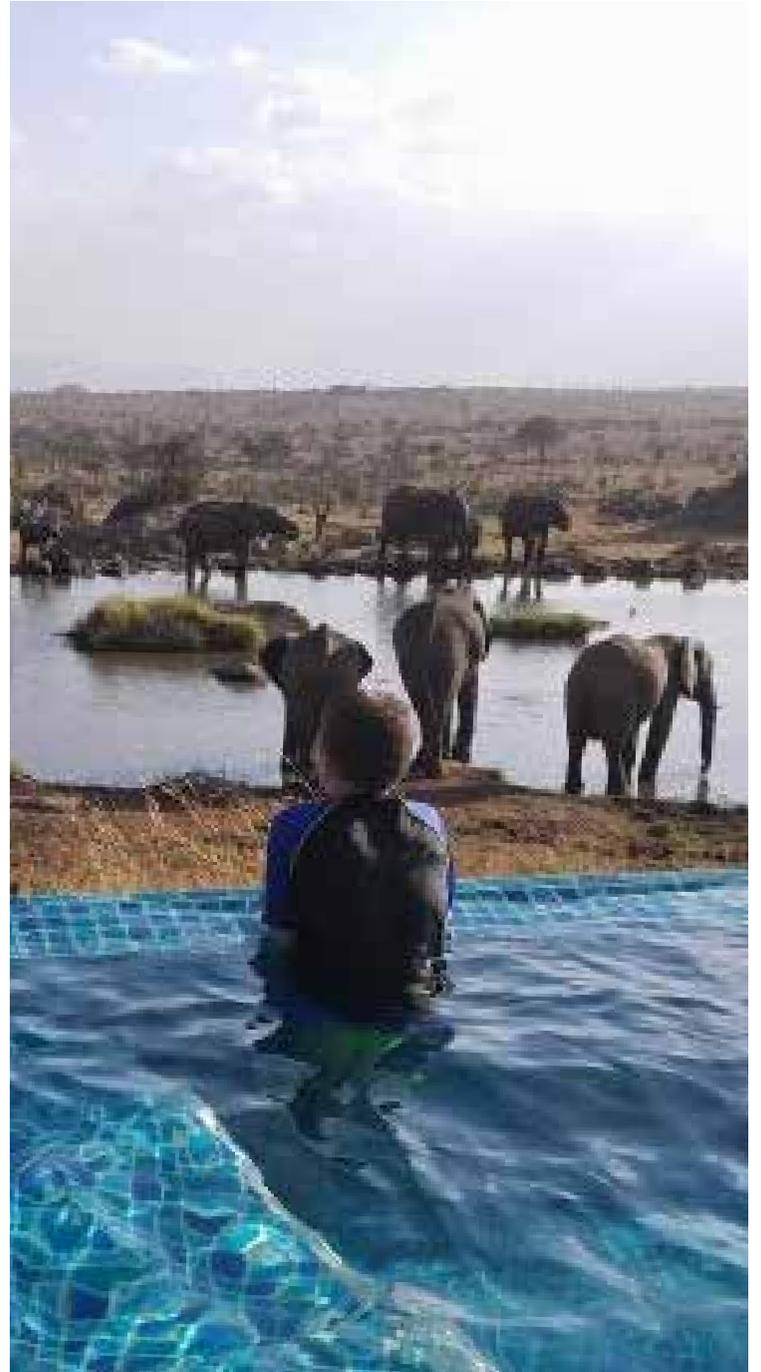
LIVROS



REPENSAR A EDUCAÇÃO analisa porque o homem necessita da educação, como esta se desviou durante a metade do último século, e o que deveria ser feito para que voltasse a ser vista de forma positiva.



MAPEANDO A HISTÓRIA milenar dos muros que dividem o planeta, Tim Marshall analisa as questões que moldarão as relações geopolíticas dos próximos anos.



TURISMO

A natureza de braços abertos

Este é um dos parques da África reconhecidos como Património Mundial pela Unesco. Tem cerca de 13 mil quilómetros quadrados, entre a Tanzânia e o Quênia. É um dos lugares mais incríveis do mundo para se observar a vida selvagem. Elefantes, rinocerontes, hipopótamos, búfalos, zebras, antílopes, leões, leopardos, guepardos, hienas e macacos, além de aves de rapina de várias espécies – toda essa fauna circula livremente sobre suas terras. No total, são mais de 35 espécies de grandes mamíferos e cerca de 500 tipos de pássaros. O parque ainda é famoso pelas migrações anuais de gnus, que acontecem de Maio a Junho. Serengeti, na língua da tribo dos masais, significa “imensas planícies”.

REVELA ESTUDO RECENTE

Ártico aquece desde o início do século XX

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Pesquisa indica que há uma ligação entre o Ártico e o Atlântico Norte muito mais forte do que se pensava, que é capaz de moldar a variabilidade climática no Ártico.

Estudo de um grupo internacional de investigadores liderado pela Universidade de Cambridge, Reino Unido, indica que o Oceano Ártico começou a aquecer no início do século XX, décadas mais cedo do que se pensava.

A investigação, recentemente publicada na revista 'Science Advances', aponta as últimas duas décadas como as mais "quentes", sendo que o aquecimento do Ártico se deve à água mais quente que flui para o delicado ecossistema a partir do Oceano Atlântico, com o aumento da temperatura a ser mais notório nos últimos 20 anos, indica

Os investigadores notam que todos os oceanos do mundo estão a aquecer, devido às alte-

rações climáticas, mas que o Oceano Ártico, o mais pequeno e menos profundo, está a aquecer mais rapidamente do que qualquer outro.

Os investigadores reconstruíram a história recente do aquecimento do oceano junto do Ártico, numa região chamada Estreito de Fram, entre a Gronelândia e o arquipélago norueguês das ilhas Svalbard, utilizando as assinaturas químicas encontradas em micro-organismos marinhos.

E concluiu que o Oceano Ártico começou a aquecer rapidamente no início do século XX, à medida que águas mais quentes e salgadas vinham do Oceano Atlântico, um fenómeno chamado atlantificação. Uma mudança que começou antes da documentada pelas medições instrumentais modernas e que já provocou desde 1900

MEMORIZE

● Os investigadores notam que todos os oceanos do mundo estão a aquecer, devido às alterações climáticas, mas que o Oceano Ártico, o mais pequeno e menos profundo, está a aquecer mais rapidamente do que qualquer outro.



um aumento da temperatura de dois graus célsius.

Os resultados da pesquisa indicam também que há uma ligação entre o Ártico e o Atlântico Norte muito mais forte do que se pensava, que é capaz de

moldar a variabilidade climática no Ártico, podendo ter implicações no recuo do gelo marinho e na subida global do nível do mar.

Com base nas medições por satélite sabemos que o Oceano Ártico tem vindo a aquecer constantemente, em particular nos últimos 20 anos, mas queríamos colocar o aquecimento recente num contexto mais longo", acrescenta.

À medida que o Oceano Ártico aquece provoca o derretimento do gelo na região polar, o que afecta o nível global do mar e expõe mais da superfície do oceano ao sol, libertando calor e aumentando a temperatura do ar. Esse aumento das temperaturas provoca também o derretimento do "permafrost" (solo congelado, muitas vezes constituído por turfa), que armazena enormes quantidades de

metano, um gás com efeito de estufa muito mais potente do que o mais "mediático" dióxido de carbono.

Os investigadores reconstruíram as alterações das propriedades da água do Ártico ao longo dos últimos 800 anos. "Quando olhámos para todo o período de 800 anos, os nossos registos de temperatura e salinidade pareceram muito constantes. Mas, de repente, no início do século XX, obtém-se esta mudança marcada na temperatura e na salinidade", disse outro dos autores do estudo, Teci Tommaso, do Instituto de Ciências Polares do Conselho Nacional de Investigação de Bolonha, Itália.

O investigador considerou "intrigante" a rápida atlantificação do estreito de Fram, a "porta" do Ártico, e alertou que essa atlantificação pode aumentar devido às alterações climáticas.



À medida que o Oceano Ártico aquece provoca o derretimento do gelo na região polar, o que afecta o nível global do mar.

NÚMEROS DA SEMANA

10.106,15

Mil milhões USD, total da Reserva Internacional Líquida a 30 de Novembro, correspondente à cobertura de 12,13 meses de importação.

7,7

Milhões kz, receitas arrecadadas na 3.ª edição da Feira de Produção Agro-pecuária e Pescas do Dande, no Bengo, que decorreu nos dias 3 e 4, no mercado do Panguila.

4,951

Bilhões kz, receitas fiscais petrolíferas encaixadas pelo Estado até Outubro. No OGE 2021, o Governo estimou arrecadar 4,06 bilhões durante o ano.

60

Milhões USD, volume de negócio estimado da 36.ª edição da Feira Internacional de Luanda, que decorreu entre 30 de Novembro e 4 de Dezembro de 2022.

COMPANHIA OPERA VOOS INTERPROVINCIAIS

ANAC suspende operadora Fly Angola

A decisão da Autoridade Nacional da Aviação Civil (Anac) de suspender as operações de voos da Fly Angola resulta do incumprimento dos prazos de manutenção das aeronaves da companhia que tem escritórios no aeroporto 4 de Fevereiro.

Segundo comunicado divulgado nesta segunda-feira, dia 3 de Dezembro, a companhia aérea que opera voos interprovinciais tinha anunciado a suspensão da actividade, devido a uma “medida inesperada” da entidade, afirmando não estar relacionada com a segurança e aeronavegabilidade das aeronaves, o que a autoridade aeronáutica vem agora desmentir, indicando que esta informação é “enganosa”.

A Anac reforça que em causa está o incumprimento do programa de manutenção, apesar da extensão de prazos já concedida por duas vezes, por solicitação do operador. Ou seja, foi concedido um primeiro prolongamento a 24 de Maio de 2021, vencendo a 31 de Agosto e um segundo a 9 de Setembro de 2021, que terminou no passado dia 30 de Novembro de 2021, altura em que o operador “foi notificado, tempestivamente, que findo o prazo da extensão, deveria a aeronave merecer a revisão geral”.

Assim, o comunicado indica ainda que “vencidos os prazos de extensões concedidas sem que o operador cumprisse com a manutenção, esta autoridade, no uso das suas faculdades em defesa e segurança dos passageiros, tomou a decisão de

não mais conceder extensões, devendo o operador cumprir com o programa de manutenção”.

A Anac lembra, entretanto, que os operadores aéreos são responsáveis pela gestão da continuidade de aeronavegabilidade, “obrigando-se a administrar e coordenar todas as acções preventivas e correctivas de manutenção da aeronave, essenciais para que esta possa operar em segurança, com a implementação do programa de manutenção aprovado pela Anac, o que não ocorreu”.

Criada em 2018 por uma agência portuguesa e apoiada pela Gestomobil – empresa angolana de investimentos – a Fly Angola opera com aeronaves do tipo Embraer, de Luanda para Benguela, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico.



ENVIO DE DADOS

BNA pede compreensão do INE

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, pediu a “compreensão” da directora-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), Chaney Rosa John, devido aos atrasos que se registam na entrega de dados administrativos.

As declarações de Massano ocorreram, esta terça-feira, 07, durante a celebração de um acordo de cooperação de partilha de dados estatísticos da população e da produção de inquéritos entre o BNA e o INE, ocasião em que José Massano declarou estarem “abertas fronteiras naquilo que o instituto venha a precisar”.

À luz do acordo assinado, o INE passa a produzir, quando solicitado pelo órgão regulador do mercado financeiro, inquéritos essenciais para o desenvolvimento do observatório de inclusão financeira e outros.